

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

CAMPUS DE CACOAL

Departamento do Curso de Direito

**EXCESSO DE FÉRIAS DOS MAGISTRADOS: FATOR DE PREJUÍZO
À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, NA JUSTIÇA DO ESTADO DE
RONDÔNIA**

Paulo Sergio Bezerra Nicolau

**Cacoal-RO
2008**

PAULO SERGIO BEZERRA NICOLAU

**EXCESSO DE FÉRIAS DOS MAGISTRADOS: FATOR DE PREJUÍZO
À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, NA JUSTIÇA DO ESTADO DE
RONDÔNIA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, como exigência parcial a obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Professora Ms. Maria Priscila Soares Berro.

NICOLAU, P. S. B.

Excesso de férias dos magistrados: Fator de prejuízo à prestação jurisdicional, na
Justiça do Estado de Rondônia/

Paulo Sérgio Bezerra Nicolau – 2008

Vii, 71 f., enc.; 30cm.

Monografia - Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal,
2008.

Referências: f. 67-71

I – Título

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

O acadêmico **PAULO SERGIO BEZERRA NICOLAU** desenvolveu o Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema: **EXCESSO DE FÉRIAS DOS MAGISTRADOS: FATOR DE PREJUÍZO À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, NA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia apresentado ao Departamento de Direito, bem como em consonância com as normas da ABNT.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos pré-estabelecidos.

Assim sendo, o acadêmico está apto para a apresentação expositiva de sua monografia junto à Banca Examinadora.

Cacoal, 07 de março de 2008.

Profa. Ms. Maria Priscila Soares Berro
Orientadora

PAULO SÉRGIO BEZERRA NICOLAU

**EXCESSO DE FÉRIAS DOS MAGISTRADOS: FATOR DE PREJUÍZO
À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, NA JUSTIÇA DO ESTADO DE
RONDÔNIA**

AVALIADORES

1º avaliador - UNIR	-	Nota
2º avaliador - UNIR	-	Nota
3º avaliador - UNIR	-	Nota
<hr/>		
Média		

Dedico esta obra a Deus, meu Senhor, que com grande cuidado e carinho que tens me dispensado, incentiva-me a conquista de vitórias.

À Edwanda, maravilhosa mulher, que juntos temos compartilhado lutas, alegrias, dores e vitórias.

À Flávia e Thiago, meus queridos filhos, que têm sido fonte da minha expressão, a qual anelo em vocês refletir.

Agradeço

A Deus, fonte da minha existência, meu salvador em quem meu ser confia, se alegra, se rende e adora .

À minha querida esposa, mulher virtuosa, que sempre me encorajou na vida.

Aos meus pais que influenciaram na minha formação intelectual e moral

À minha amiga e colega Fátima que sempre me motivou nos momentos de crises.

À Professora Priscila, que desde o dia que se apresentou para transmitir conhecimentos, foi e é para mim pessoa de admiração, carinho e respeito.

Aos Professores Áureo Virgílio, Fábio Henrique, Francisco José, Claudinéia Duarte, Ezequiel Cruz, Raquel Santos, Maria Lindomar, Janiffer Law, Antonio Paulo, Isabela Coutinho, Gilson Tetsuo, Silvério Oliveira e Telmo Passareli, fontes de conhecimento, que contribuíram na formação de nosso conhecimento.

Teu dever é lutar pelo direito; porém, quando encontrares o direito em conflito com a justiça, luta pela justiça.

Eduardo Couture

Não deixes de fazer o bem a quem de direito, estando em tuas mãos o poder de fazê-lo.

Provérbios 3:27

RESUMO

NICOLAU, Paulo Sergio Bezerra. Excesso de férias dos magistrados: Fator de prejuízo à prestação jurisdicional, na justiça do Estado de Rondônia, 71 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus de Cacoal*, 2008.

Este trabalho tem como objetivo analisar o excesso do direito do gozo de férias dos magistrados, como sendo uma das causas da morosidade do Judiciário, em consequência, trazendo prejuízo ao jurisdicionado. Abordando princípios constitucionais que dão aos cidadãos garantias de igualdade e maior presteza e agilidade por parte da Justiça, demonstrado que para cumprir tais metas, o Estado tem feito alterações. Entretanto mesmo após a reforma do Poder Judiciário, a qual viabilizou várias mudanças, com as quais se esperava que a justiça se tornasse mais célere, porém, observou-se que as modificações não surtiram o efeito pretendido, deixando o jurisdicionado em situação desfavorável. Todavia, conclui-se que se tal privilégio concedido aos juízes inviabiliza o direito do jurisdicionado, no que diz respeito à celeridade da justiça, bem como, confronta princípios criados pela Constituição da República, mister se faz, que o Estado institua meios que garantam a coletividade os seus direitos pretendidos, uma vez, que o mesmo tem o poder-dever de garantir e providenciar condições para tal fim. Ressaltando a jurisdição do Estado de Rondônia, como delimitação do assunto.

Palavras – Chave: Férias; Juízes, Morosidade; Jurisdicionado.

ABSTRACT

NICOLAU, Paulo Sergio Bezerra. Excesso de férias dos magistrados: Fator de prejuízo à prestação jurisdicional, na justiça do Estado de Rondônia, 71 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus de Cacoal*, 2008.

This study aims to analyze the excess of enjoyment of vacation of judges, as a cause the slowness the judiciary, as a result, bringing the damage of jurisdiction . Approaching constitutional main that give citizens guarantees of equality and quickness and agility on the part of Justice. Explain that to carry out those targets, the state has made changes, but even after the reform of the Judiciary, which several possible measures, which was expected that justice would become faster, however, observed that the changes do not had the intended effect, letting the jurisdiction in disadvantage. However, it is concluded that if such a privilege granted to judges makes the flat-jurisdiction, regarding the speed of justice and confrontation of standards established by the Constitution of the Republic, mister is that the State should establish a means to ensure the community their subjective rights, once, that it has the power, duty to ensure and provide conditions for this purpose. Showing the jurisdiction of the State of Rondonia, as the delimitation issue.

Key Words: Holidays; Judges, Slowneess; Jurisdiction.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. DAS FÉRIAS.....	12
2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE AS FÉRIAS.....	12
2.2 CONCEITO.....	16
2.2.1 Previsão legal.....	18
3. DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	21
3.1 CONCEITO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	21
3.2 PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	25
3.3 PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL.....	32
4. DA REFORMA DO JUDICIÁRIO (EC Nº 45).....	39
4.1 FIM DAS FÉRIAS COLETIVAS DOS JUIZES DE 1º E 2º GRAUS.....	42
4.1.1 Inadequação e medidas anticonstitucionais do Conselho Nacional de Justiça.....	43
5. DA MOROSIDADE DO JUDICIÁRIO.....	47
5.1 TRAMITAÇÃO DE PROJETOS.....	51
5.2 CONSEQUÊNCIAS DECORRENTE DAS FÉRIAS DOS JUÍZES.....	55
5.2.1 Em face dos Jurisdicionados.....	56
5.2.2 Em face dos Advogados.....	56
5.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL NA JUSTIÇA DE RONDÔNIA.....	60
5.3.1 Estatística geral em primeira instância.....	60
5.3.2 Estatística geral em segunda instância.....	62
6. CONCLUSÃO.....	65
7. REFERÊNCIAS.....	68

1. INTRODUÇÃO

A insatisfação e descrédito em face do Judiciário por parte do povo brasileiro, tem se acentuado principalmente em decorrência da morosidade desse órgão, que tem o poder de jurisdicionar. Essa situação pode-se evidenciar em diversos aspectos, sendo explorada neste trabalho, a razão das dificuldades que dizem respeito à conjuntura que liga o dano sofrido por aquele que aguarda a efetivação da tutela pretendida em razão do privilégio em demasia do judicante, ou seja, as férias.

É importante mencionar que aproximadamente 73%¹ das ações processuais encontram-se na esfera da justiça estadual e deste percentual, 94% na primeira instância e 6% na segunda, assim, observa-se que a maior concentração da demanda encontra-se nas Comarcas, local onde estão os jurisdicionados em geral, motivo pelo qual, o tema foi aí delimitado.

A prestação jurisdicional eficiente é aquela que não tarda ao acontecimento do fato, caso contrário não adiantaria falar em justiça, uma vez que o cidadão necessita de um intermediador para solução e pacificação de seus conflitos.

Assim, pretende-se demonstrar que em virtude das férias dos juízes, os princípios constitucionais têm sido afrontados, princípios esses, erigidos no rol dos direitos e garantias fundamentais.

¹. BEAL, Flávio. **Morosidade da Justiça = Impunidade + Injustiça**, p. 33.

De outra forma, o Estado vem procurando meios para evitar que o cidadão sofra conseqüências de uma justiça morosa.

2. DAS FÉRIAS

2.1. BREVE HISTÓRICO SOBRE AS FÉRIAS

A concessão de férias aos trabalhadores foi um processo que somente veio se concretizar, em meados do final do século XIX, em virtude, das grandes pressões dos empregados da indústria, que exigiam melhores condições de trabalho, pois trabalhavam quase o dia todo, com salários baixíssimos, com péssimo ambiente para o trabalho, e sequer gozavam de algum benefício²:

As fábricas do início da Revolução Industrial não apresentavam o melhor dos ambientes de trabalho. As condições das fábricas eram precárias. Eram ambientes com péssima iluminação, abafados e sujos. Os salários recebidos pelos trabalhadores eram muito baixos e chegava-se a empregar o trabalho infantil e feminino. Os empregados chegavam a trabalhar até 18 horas por dia e estavam sujeitos a castigos físicos dos patrões. Não havia direitos trabalhistas como, por exemplo, férias, décimo terceiro salário, auxílio doença, descanso semanal remunerado ou qualquer outro benefício. Quando desempregados, ficavam sem nenhum tipo de auxílio e passavam por situações de precariedade. [...] Em muitas regiões da Europa, os trabalhadores se organizaram para lutar por melhores condições de trabalho. Os empregados das fábricas formaram as trade unions (espécie de sindicatos) com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos empregados. Houve também movimentos mais violentos como, por exemplo, o ludismo. Também conhecidos como "quebradores de máquinas", os ludistas invadiam fábricas e destruíam seus equipamentos numa forma de protesto e revolta com relação a vida dos empregados. O cartismo foi mais brando na forma de atuação, pois optou pela via política, conquistando diversos direitos políticos para os trabalhadores.

². SOUZA, Luis A. **Revolução Industrial**. Disponível em <www.suapesquisa.com/industrial/>. Acessado em 27/02/2008.

A primeira lei que versa sobre as férias surgiu na Inglaterra, em 1872, segundo descreve Martins³:

Com o advento da Revolução Industrial, ainda no século XIX, surge na Inglaterra, a primeira lei de férias em 1872, destinada aos operários das indústrias. Somente em 30 de julho de 1919, foi promulgada a primeira lei que concedeu a todos os trabalhadores assalariados, na Áustria. A partir do término da Primeira Guerra Mundial, os países passaram a legislar sobre férias. No âmbito da OIT houve a expedição de várias convenções e recomendações sobre o tema. A Convenção nº 52, de 1936, que foi ratificada pelo Brasil em 1938, previa a concessão de férias de seis dias úteis. A Recomendação nº 47, 1936, esclareceu que as férias não seriam fracionadas. Ainda 1936, foi aprovada a Convenção nº 54, versando sobre as férias dos marítimos, que mais tarde foi revista pela Convenção nº 72, de 1946, e pela de nº 91, de 1949. Em 1951, foi editada a Convenção nº 101, que foi ratificada pelo Brasil em 1957, tratando das férias dos trabalhadores agrícolas. A Recomendação nº 158, de 1954, estabeleceu que as férias anuais seriam proporcionais ao tempo de serviço prestado ao empregador no decorrer de um ano, informando que seriam de duas semanas, no mínimo, após 12 meses de serviço. A Convenção nº 132 da OIT, de 1970, foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 47, de 24-9-81 e promulgada pelo Decreto nº 3.197, de 5-10-99. Trata de férias remuneradas e revê as anteriores sobre o tema.

A situação do trabalhador brasileiro, próximo aos findos do século XIX, apresentava um quadro assustador, em razão, da falta de leis que regulamentasse o trabalho, desta forma, além de não ter nenhum benefício, a jornada diária de trabalho era muito extensa, quadro este, bem apresentando pelo Almanaque Abril⁴:

Em uma sociedade que acabara de sair da escravidão, a nascente classe operária enfrenta condições de trabalho adversas. Os salários são muito baixos, não existe legislação trabalhista e os sindicatos recém-formados não são reconhecidos. Os trabalhadores não contam com aviso prévio em casos de demissão, não têm direito a férias, a aposentadoria ou a qualquer tipo de seguro contra acidentes. A jornada de trabalho diária chega a 15 horas. A greve é encarada como crime e caso de polícia.

Martins⁵, sobre o contexto histórico da concessão de férias aos trabalhadores brasileiros, observa sobre o início do processo:

No Brasil, as férias foram concedidas pela primeira vez pelo Aviso Ministerial do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 18-12-1889, por 15 dias, e eram remuneradas. Essas férias foram estendidas aos operários diaristas e aos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil pelo Aviso Ministerial de 17-1-1890. Somente em 1925 é que foi estendido esse direito a todos os empregados e operários das empresas

³. MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 22. ed. – São Paulo: Atlas, 2006, p. 546-7.

⁴. **ALMANAQUE ABRIL 95: A ENCICLOPÉDIA EM MULTIMÍDIA**.

⁵. *Op. Cit*, p. 547.

em geral, por meio da Lei n. 4.982, de 24 de dezembro daquele ano. As férias eram concedidas a empregados de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários e de instituições de caridade no Distrito Federal e nos Estados, por 15 dias, sem prejuízo da remuneração. A concessão poderia ser feita de uma vez ou parceladamente.

Confirmando tal entendimento, Nascimento⁶ apõe em sua obra:

A Lei nº 4.982, de 24 de dezembro de 1925, dispõe o seguinte: "Aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários e de instituições de caridade e beneficência do Distrito Federal e dos Estados, serão anualmente concedidos 15 dias de férias, sem prejuízo dos respectivos ordenados, diárias, vencimentos e gratificações"

Martins⁷ prossegue expondo a historicidade das férias, transcorrida no Brasil, porém observa-se, que tal processo foi de forma muito tímida, ficando tal direito ligado a exigência que o empregado fosse sindicalizado. Registrando também o surgimento ao direito das férias dos servidores públicos. Contudo, observando-se que aos poucos, o direito as férias foi sendo estendida a diversas classes de trabalhadores:

O Decreto nº 19.808, de 28-3-1931, suspendeu a aplicação da Lei nº 4582, determinando que o parcelamento das férias poderia ser feito em períodos não inferiores a três dias, sendo que a época de sua concessão seria a que fosse mais conveniente ao empregador. O Decreto nº 23.103, de 19-8-1933, tratou das férias dos empregados em estabelecimentos comerciais e bancários e em instituições de assistência privada. O Decreto nº 3.768, de 18.1.1934, versou sobre férias a todos os empregados de qualquer ramo da indústria, em empresas jornalísticas, de comunicação, transportes e serviços públicos, exigindo que os empregados fossem sindicalizados, sendo que o direito de férias era concedido depois de 12 meses de trabalho na empresa.

[...]

A Lei nº 222, de 10-7-1936, exclui do direito de férias, as pessoas que tivessem participação nos lucros das empresas e os representantes com firma comercial autônoma ou com economia própria. Em 24-7-1936, foram concedidas férias ao empregados em hotéis, restaurante e similares pela Lei nº 229. A Lei nº 450, de 19-6-1937, concedeu férias aos trabalhadores de embarcações. O Decreto-lei nº 505, de 16-6-1938, estendeu o direito de férias aos empregados de usinas de açúcar e fabricas de álcool, informando que o direito de férias seria concedido independentemente de o emprego ser sindicalizado.

⁶. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. – São Paulo: Saraiva, 1997, p. 51.

⁷. *Idem*. *Ibidem*, p.547.

A primeira Constituição Brasileira que dispôs sobre o assunto férias, foi a de 1934⁸. Que trazia em seu texto, dois momentos: no Título IV, “*Da Ordem Econômica e Social*”, no art. 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País. § 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador: *alínea f*) férias anuais remuneradas; e no título que versava sobre as férias dos servidores públicos, Título VII, “*Dos Funcionários Públicos*”, art. 170 - O Poder Legislativo votará o Estatuto dos Funcionários Públicos, obedecendo às seguintes normas, desde já em vigor: *item 10*) os funcionários terão direito a férias anuais, sem descontos; [...].

A Constituição Brasileira de 1937, também mencionava sobre a concessão de férias aos servidores públicos, bem como, as Constituições que sucederam.

Martins⁹ confirma que somente na década de 40, as férias vieram consolidar a todos os trabalhadores. Todavia, o processo histórico das férias, no bojo das constituições brasileiras, teve seu início na era Vargas, ou seja, na década de 30

Em 1943, foram consolidados na CLT todos os diversos textos a respeito do assunto. Em 13-4-77, o Decreto-lei nº 1535 deu nova redação a todo o Capítulo IV da CLT, que versa sobre o direito de férias anuais.

[...]

A primeira Constituição brasileira a tratar foi a de 1934, prevendo férias anuais remuneradas (art. 121, § 1º, f). A Constituição de 1937 estabeleceu a observância de um prazo de aquisição para que as férias fossem concedidas: “depois de um ano de serviço ininterrupto em uma empresa trabalho contínuo, o operário terá direito a uma licença anual remunerada” (art. 137, e). A Constituição de 1946 voltou a usar a expressão prevista na Constituição de 1934, férias anuais remuneradas (art. 157, VII), sem especificar mais detalhes. A Constituição de 1967, (art. 158, VIII) e a EC nº 1, de 1969 (art. 165 VIII) mantiveram o uso da mesma expressão. A novidade veio com a Constituição de 1988 que, além de prever o gozo de férias anuais remuneradas, concedeu um terço a mais do que o salário normal (art. 7º, XVII)

Sobre as férias dos magistrados brasileiros, a primeira lei que trata sobre o assunto, é a Lei nº 5010/66, que: “Organiza a Justiça Federal de primeira instância,

⁸. BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do, (de 16 de julho de 1934). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acessado em 01/03/08.

⁹. *Idem. Ibidem*, p. 547-8.

e dá outras providências”. Em seu Art. 51: “As férias dos Juízes serão individuais e de sessenta dias, gozadas de uma só vez, obedecida a escala organizada pelo Conselho da Justiça Federal.”

Entendo-se com isso, que anterior a mencionada lei, as férias dos magistrados seguiam mesmo disposto na Constituição de 1934 e seguintes, que abordavam sobre as férias dos servidores públicos, deste modo, o magistrado gozava do mesmo benefício que um servidor comum, e que somente em 1966, com a Lei nº 5010, e um ano depois, já no texto da Constituição de 1967, trataram em específico sobre as férias dos magistrados.

Seguindo o mesmo entendimento da Lei 5010/66, a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que dispõe sobre a “Lei Orgânica da Magistratura Nacional”, traz menção às férias dos magistrados, em seu Art. 66: “Os magistrados terão direito a férias anuais, por sessenta dias, coletivas ou individuais.”

Observa-se, que anterior a Lei nº 5010/66, não há registro encontrado sobre as férias dos magistrados, entendendo-se que os mesmos passaram a gozar de tal direito juntamente, com os servidores públicos, em 1934, por meio do Decreto Presidencial nº 3.768.

Porém, a partir de 1979, com a instituição da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, todos os magistrados brasileiros passaram a gozar do privilégio de terem sessenta dias de férias.

2.2. CONCEITO

Férias é um benefício concedido a todo trabalhador, quer da iniciativa privada ou pública, que objetiva um descanso maior, remunerado, concedido ao trabalhador que após 12 meses de trabalho, tem o direito a gozá-la. Desta forma, ausentando-se do trabalho, para se recompor. Neste sentido conceitua Martins¹⁰:

¹⁰. *Idem. Ibidem*, p.548.

Férias vêm do latim *feria*, “*dias feriales*”. Eram dias em que havia suspensão do trabalho. Para os romanos, férias eram seus dias de festas. Existem vários descansos que ocorrem no curso do contrato de trabalho. Há descansos, dentro da jornada, de 15 minutos a duas horas. Existem descansos, entre uma jornada e outra, de 11 horas. Temos o descanso semanal remunerado, de preferência aos domingos. Por fim, existe um descanso mais longo, que são as férias.

Férias é o período do contrato de trabalho em que o empregado não presta serviços, mas auferir remuneração do empregador, após ter adquirido o direito no decurso de 12 meses. Visam, portanto, as férias à restauração do organismo após um período em que foram despendidas energias no trabalho. Importam direito ao lazer, ao descanso, ao ócio.

[...]

As férias visam proporcionar descanso ao trabalhador, após certo período de trabalho, quando já se acumularam no organismo toxinas que não foram eliminadas adequadamente. Os estudos da medicina do trabalho revelam que o trabalho contínuo sem férias é prejudicial ao organismo.

Delgado¹¹, também sustenta o mesmo raciocínio que Sérgio Pinto Martins, ao descrever que as férias objetivam recompor o trabalhador: “De fato, elas fazem parte de uma estratégia concertada de enfrentamento dos problemas relativos à saúde e segurança no trabalho, na medida em que favorecem a ampla recuperação das energias físicas e mentais do empregado após longo período de prestação de serviços. São, ainda, instrumento de realização da plena cidadania do indivíduo, uma vez que propiciam sua maior integração familiar, social e, até mesmo, no âmbito político mais amplo”.

Delgado¹² entende que as férias têm um fim social:

[...] que as férias são direito laboral que se constrói em derivação não somente de exclusivo interesse do próprio trabalhador. Elas, como visto, indubitavelmente também têm fundamento em considerações e metas relacionadas à política de saúde pública, bem-estar coletivo e respeito à própria construção da cidadania.

Delgado¹³ completa seu entendimento, enfatizando as férias como sendo um veículo de reinserção do trabalhador ao âmbito familiar, social e político, deste modo, destaca, que tal direito concedido ao trabalhador, resgata-lhe a noção de produtividade em favor de tais instituições:

¹¹. DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 5. ed. – São Paulo: LTr, 2006, p. 951.

¹². *Op. cit.*, p. 952.

¹³. *Idem, ibidem*, p. 952.

Se os demais descansos trabalhistas (principalmente os intervalos interjornadas e os dias de repouso) são instrumentos essenciais à reinserção familiar, social e política do trabalhador, as férias surgem como mecanismo complementar de grande relevância nesse processo de reinserção da pessoa do empregado, resgatando-o da noção estrita de ser produtivo em favor de uma mais larga noção de ser familiar, ser social e ser político. Tais fundamentos – que se somam ao interesse obreiro na estruturação do direito de férias – é que conduzem o legislador a determinar que o empregado não tenha apenas o direito de gozar as férias mas também, concomitantemente, o dever de as fruir, abstendo-se de: [...] prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele (art. 138, CLT; art. 13, Convenção 132, OIT)

Deste modo, abstraindo do entendimento majoritário, conclui-se que as férias, no contexto geral, é um direito que visa atender as necessidades biológica, social e econômica do trabalhador.

2.2.1. Previsão legal

Seguindo essa interpretação doutrinária, o ordenamento jurídico brasileiro prevê tal direito aos trabalhadores em geral.

A partir da Constituição Federal de 1934, as férias tiveram seu destaque, no texto constitucional, seguido o teor pelas demais constituições consequintes.

Em 1943, por meio do Decreto-lei nº 5452/43 é instituído a Consolidação das Leis do Trabalho, rezando em seus Arts. 129, diz que: “Todo empregado tem direito anualmente ao gozo de um período de férias sem prejuízo da remuneração”, e 130, que diz, “Após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado tem direito a férias, na seguinte proporção: I. 30 dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 vezes”.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu Artigo 24, diz que: “Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas”.

Na Constituição de 1988, em razão do Brasil ser signatário de tal Declaração Universal, fez constar em seu texto, tal direito, ora argüido, no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, no Capítulo II - Dos Direitos Sociais, no Art. 7º, prescreve que: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;”

Os Estatutos dos servidores públicos federais, estaduais e municipais seguem o mesmo entendimento, gozando os servidores do direito a 30 dias de férias, remuneradas.

A primeira legislação que trata das férias dos juízes, registra-se na Lei 5.010/66, que “Organiza a Justiça Federal de primeira instância e dá outras providências”, dispõe no Art. 51: “As férias dos Juízes serão individuais e de sessenta dias, gozadas de uma só vez, obedecida à escala organizada pelo Conselho da Justiça Federal”.

Como o Poder Judiciário dos Estados não tinha uma legislação única a que seguisse sobre os direitos e privilégios dos magistrados, somente em 1979, por meio da Lei Complementar nº 35/79, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Seu Art. 66: “Os magistrados terão direito a férias anuais, por sessenta dias, coletivas ou individuais.”

Os Códigos de Organização e Divisão Judiciária dos Estados seguem o entendimento da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. No Estado de Rondônia, o Código de Organização e Divisão Judiciária, foi criado pela Lei Complementar 94, de 3 de dezembro de 1993, tendo sido atualizado pela Lei Complementar nº 347, de 08 de junho de 2006. Dispõe em seu Art. 53: “Os magistrados terão direito a férias anuais coletivas por sessenta (60) dias, que serão gozadas nos períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho.”

Deste modo, seguindo a compreensão que se abstrai do Decreto-lei nº 5452/43 (Consolidação das Leis Trabalhistas) e demais leis aqui expostas, entende-se que as férias são um período de tempo, predeterminado em lei, anualmente,

durante o qual, o empregado interrompe a prestação de seu trabalho, sem nenhum prejuízo de sua remuneração.

3. DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

3.1. CONCEITO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Entende-se por princípio como sendo uma estrutura que fundamenta todo o ordenamento jurídico, princípio, dá uma conotação de origem, de início, começo, ponto de partida, de fundamento, de base, ou seja, o ordenamento jurídico inicia-se a partir dos princípios. Carvalho¹⁴, mencionando José Cretella Júnior, ensina que: "no âmbito da filosofia, princípio é o fundamento ou a razão para justificar por que é que as coisas são o que são". [...] Mas como origem, ponto de partida, "princípios de uma ciência são as proposições básicas, fundamentais, típicas, que condicionam todas as estruturas subseqüentes", sendo os alicerces e fundamentos da ciência.

Os princípios esta na qualidade de verdadeiras normas, Canotilho¹⁵ [...] “qualitativamente distintas das outras categorias de normas — as regras jurídicas.”

Entende Bonavides¹⁶, por princípio, como as primeiras verdades que nortearão as que sucederem:

A idéia de princípio, segundo Luiz-Diez Picazo, deriva da linguagem da geometria, “onde designa as verdades primeiras”. Logo acrescenta o mesmo jurista que exatamente por isso são “princípios”, ou seja, “porque estão ao princípio”, sendo “as premissas de todo um sistema que se desenvolve *more geometrico*”.

¹⁴. CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional Didático**. 6. ed. rev. e atual. – Belo Horizonte: Delrey, 1999, p. 166.

¹⁵. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 6. ed. rev. Coimbra: Almedina, 1993, p. 166.

¹⁶. BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 17. ed. atual. – São Paulo: Malheiros, 2005, p. 255-6.

Espíndola¹⁷ desenvolve seu raciocínio, sobre princípio, como sendo algo utilizado em vários campos do saber humano. A Filosofia, Teologia, Sociologia, Política, Física, Direito e outros servem-se dessa categoria para estruturarem, muitas vezes, um sistema ou conjunto articulado de conhecimentos a respeito dos objetos cognoscíveis exploráveis na própria esfera de investigação e de especulação a cada uma dessas áreas do saber. Fazendo ainda a seguintes considerações a respeito de princípio e princípios:

No vernáculo, o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira define princípio em várias acepções que, conjugadas, principiam a inteligibilidade do termo *princípio*:

Princípio. [Do lat. *Principiu.*] S. m. 1. Momento ou local ou trecho em que algo tem origem (...). 2. Causa primária. 3. Elementos predominante na Constituição de um corpo orgânico. 4. Preceito, regra, lei. 5. *P. ext.* Base; germe (...). 6. *Filos.* Fonte ou causa de uma ação 7. *Filos.* Proposição que se põe no início de uma dedução, e que não é deduzida de nenhuma outra dentro do sistema considerado, sendo admitida provisoriamente, como inquestionável.

Adiante, noutra passagem do referido dicionário, registra-se o significado de *princípios* – agora no plural -: “Princípios. (...) 4. *Filos.* Proposições diretoras de uma ciência, às quais todo o desenvolvimento posterior dessa ciência deve estar subordinado”.

Pode-se concluir que a idéia de princípio ou sua conceituação, seja lá qual for o campo do saber que se tenha em mente, designa a estruturação de um sistema de idéias, pensamentos ou normas por uma idéia mestra, por um pensamento chave, por uma baliza normativa, donde todas as demais idéias, pensamentos ou normas derivam, se reconduzem e/ou subordinam.

Canotilho e Carvalho fazem diferenças entre princípios e regras, as quais traduzir-se-ão qualitativamente e fundamentalmente, nos aspectos a seguir:

Para Canotilho¹⁸, princípios e regras, seguem possíveis diferenças, destacando que regras e princípios são duas espécies de normas, observando os critérios sugeridos:

a) Grau de abstracção: os princípios são normas com um grau de abstracção relativamente elevado; de modo diverso, as regras possuem uma abstracção relativamente reduzida.

b) Grau de determinabilidade na aplicação do caso concreto: os princípios, por serem vagos e indeterminados, carecem de mediações concretizadoras (do legislador? do juiz?), enquanto as regras são susceptíveis de aplicação directa.

¹⁷. ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. **Conceito de Princípios Constitucionais**. 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 52.

¹⁸. *Op. cit.*, p. 167.

c) Carácter de fundamentalidade no sistema das fontes de direito: os princípios são normas de natureza ou com um papel fundamental no ordenamento jurídico devido à sua posição hierárquica no sistema das fontes (ex: princípios constitucionais) ou à sua importância estruturante dentro do sistema jurídico (ex: princípio do Estado de Direito)

[...]

As diferenças qualitativas traduzir-se-ão, fundamentalmente, nos seguintes aspectos:

(1) — os princípios são normas jurídicas impositivas de uma optimização, compatíveis com vários graus de concretização, consoante os condicionalismos fácticos e jurídicos; as regras são normas que prescrevem imperativamente uma exigência (impõem, permitem ou proíbem) que é ou não é;

2) — consequentemente, os princípios, ao constituírem exigências de optimização, permitem o balanceamento de valores e interesses (não obedecem, como as regras, à «lógica do tudo ou nada»), consoante o seu peso e a ponderação de outros princípios eventualmente conflitantes; as regras não deixam espaço para qualquer outra solução, pois se uma regra vale (tem validade) deve cumprir-se na exacta medida das suas prescrições, nem mais nem menos;

(3) — em caso de conflito entre princípios, estes podem ser objecto de ponderação, de harmonização, pois eles contêm apenas «exigências» ou «standards» que, em «primeira linha» {prima facie}, devem ser realizados; as regras contêm «fixações normativas» definitivas, sendo insustentável a validade simultânea de regras contraditórias;

(4) — os princípios suscitam problemas de validade e peso (importância, ponderação, valia); as regras colocam apenas questões de validade (se elas não são correctas devem ser alteradas).

Já Carvalho¹⁹, dissertando sobre princípios e regras, propõe alguns critérios distintivos:

1. os princípios não exigem um comportamento específico, isto é, estabelecem ou pontos de partida ou metas genéricas; as regras, ao contrário, são específicas ou em pautas;

2. os princípios não são aplicáveis à maneira de um 'tudo ou nada', pois enunciam uma ou algumas razões para decidir em determinado sentido, sem obrigar a uma decisão particular; já as regras enunciam pautas dicotómicas, isto é, estabelecem condições que tornam necessária sua aplicação e consequências que se seguem necessariamente;

3. os princípios têm um peso ou importância relativa, ao passo que as regras têm uma impositividade mais estrita; assim, os princípios comportam avaliação, sem que a substituição de um por outro de maior peso signifique a exclusão do primeiro; já as regras, embora admitam exceções, quando contraditadas provocam a exclusão do dispositivo colidente;

¹⁹. *Op. cit.*, p. 167.

4. o conceito de validade cabe bem para as regras (que ou são válidas ou não o são), mas não para os princípios, que, por serem submetidos à avaliação de importância, mais bem se encaixam no conceito de legitimidade.

Sobre princípio constitucional, Espíndola²⁰ destaca-o como não podendo ser tratado sem correlação com a idéia de princípio no Direito, posto que o princípio constitucional, além de princípio jurídico, é um princípio que haure sua força teórica e normativa no Direito enquanto ciência e ordem jurídica. Salientando ainda:

[...] os princípios, quando na esfera do direito constitucional positivado, encabeçam o sistema, guiam e fundamentam todas as demais normas que a ordem jurídica institui e, finalmente, tendem a exercer aquela função axiológica em nossos conceitos de sua relevância.

Pinho²¹ entende que em virtude da grande importância dos princípios constitucionais como base informadora de todo sistema de normas, os quais basicamente direcionam todo o ordenamento constitucional brasileiro. Desta forma, expõe o seguinte:

Considerando que os princípios constitucionais foram expressamente inseridos no Texto Constitucional, a norma infraconstitucional que viole qualquer um deles, previstos expressamente ou de forma implícita, é inconstitucional e, portanto, deve ser retirada do mundo jurídico. A violação de uma norma legal que contenha um princípio é, muitas vezes, mais grave que a de um dispositivo legal específico, pois ofende uma regra fundamental informadora de todo um sistema jurídico. É conhecida a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello a respeito: "Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade [...] representa insurgência contra todo o sistema, subversão de valores fundamentais [...]".

Rebello Pinho²² reconhece que tais princípios para que sejam aplicados, necessitam de outras normas, destacando que tais, são normas informadoras do ordenamento jurídico.

Silva²³ entende que a idéia de princípios existente no contexto constitucional exprime a noção de “mandamento nuclear de um sistema”, ignorando o sentido

²⁰. *Op. cit.*, p. 50-65.

²¹. PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**. (SINOPSES JURÍDICAS – Volume 17). 4. ed. rev. – São Paulo: Saraiva, 2003, p. 58.

²². *Op. cit.*, p. 58.

expressado por diversos autores, que dão uma acepção para princípio, como sendo começo, início, uma disposição de princípio.

Silva²⁴ compreende que princípios:

[...] são ordenações que irradiam e imantam os sistemas de normas, são [como observam J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira] ‘núcleos de condensações’ nos quais confluem valores e bens constitucionais. “Mas, como disseram os mesmos autores,” os princípios, que começam por ser a base de normas jurídicas, podem estar positivamente incorporados, transformando-se em normas-princípio e constituindo preceitos básicos da organização constitucional.

Sobre a égide dos direitos fundamentais, esculpidos no diploma constitucional, os princípios constitucionais, para Bonavides²⁵ “são institutos normativos que buscam criar e manter pressupostos elementares de uma vida na liberdade e na dignidade humana.”

3.2 – PRINCÍPIO DA IGUALDADE

A Constituição da República Federativa do Brasil, no Título I, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, no “*caput*”, do Art. 5º e inciso I, menciona sobre o princípio da igualdade, conforme o texto constitucional, sendo vedado qualquer distinção entre homens e mulheres.

Vejamos então o que diz o texto constitucional: Art. 5º **Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:** (grifo nosso)

I – Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

²³. SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25. ed. rev. e atual. – São Paulo: Malheiros, 2006, p. 91.

²⁴. *Op. cit.*, p. 92.

²⁵. *Op. cit.*, p. 560.

Mello²⁶ entende, que as normas não podem ser editadas contrapondo-o, isto tratando sobre princípio da isonomia:

Rezam as constituições – e a brasileira estabelece no art. 5º, caput - que todos são iguais perante a lei. Entende-se, em concorde unanimidade, que o alcance do princípio não se restringe a nivelar os cidadãos diante da norma legal posta, mas que a própria lei não pode ser editada em desconformidade com a isonomia.

Argumenta, ainda, Mello²⁷, que a lei não pode ser instrumento de privilégios, mas regulador da vida social:

[...] A lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições, mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar equitativamente todos os cidadãos. Este é o conteúdo político-ideológico absorvido pelo princípio da isonomia e juridicizado pelos textos constitucionais em geral, ou de todo modo assimilado pelos sistemas normativos vigentes.

Todavia, Mello²⁸ evidencia, que o fato da existência do princípio da igualdade, ser garantido pela Constituição, não quer dizer que existirá o tratamento igualitário para todos, uma vez que as pessoas diferem umas das outras, porém, salienta que a lei não pode dar tratamento especial para alguém sem uma justificativa bem fundada, caso não haja, pode ferir o sentido de justiça:

[...] “A igualdade dos sujeitos na ordenação jurídica, garantida pela Constituição, não significa que estes devam ser tratados de maneira idêntica nas normas e em particular nas leis expedidas com base na Constituição. A igualdade assim entendida não é concebível: seria absurdo impor a todos os indivíduos exatamente as mesmas obrigações ou lhes conferir exatamente os mesmos direitos sem fazer distinção alguma entre eles, como por exemplo, entre crianças e adultos, indivíduos mentalmente sadios e alienados, homens e mulheres.”

[...]

“A lei deve ser uma e a mesma para todos; qualquer especialidade ou prerrogativa que não for fundada só e unicamente em uma razão muito valiosa do bem público será uma injustiça e poderá ser uma tirania”.

²⁶. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3. ed. atual, - São Paulo: Malheiros, 2007, p. 9.

²⁷. *Op. Cit.*, p. 10.

²⁸. *Idem. Ibidem*, p. 11-8.

Seguindo o raciocínio, de Kelsen, Mello²⁹ trata da igualdade perante a lei, como um problema que os órgãos de aplicação do direito irão aplicar, os quais irão considerar tão somente as próprias distinções existentes na lei.

Observa-se, então, que se a lei busca dar prerrogativas a certa classe, sem ter uma justificativa plausível para este fim, estará ela incorrendo em uma dentre as hipóteses acauteladas pelo mandamento da isonomia, ou seja, transigindo princípio disposto no ordenamento constitucional. Concernente a esse respeito, Mello³⁰ menciona o seguinte exemplo:

Com efeito, a igualdade é princípio que visa duplo objetivo, a saber: de um lado propiciar garantia individual (não é sem razão que se acha esculpido em artigo subordinado à rubrica constitucional “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”) contra perseguição e, de outro, tolher favoritismos.

[...]

Figure-se grotesca norma que concedesse benefício ao Presidente da República empossado com tantos anos de idade, portador de tal título universitário, agraciado com as comendas tais e quais e que ao longo de sua trajetória política houvesse exercido os cargos X e Y. Nela se demonstraria uma finalidade singularizadora absoluta; viciosa, portanto.

Estruturando o seu posicionamento, Mello³¹ fundamenta que: “Toda norma abstrata, como se disse, exatamente porque supõe renovação da hipótese nela contemplada, alcança uma universidade de sujeitos: aqueles que se vêem atingidos pela situação reproduzida; vale dizer, a categoria de pessoas qualificada não pelos traços subjetivos mas pela inserção na situação objetiva renovável. Por isso, toda norma abstrata é também geral, no sentido mesmo que Bobbio atribuiu à característica generalidade: universalidade de sujeitos contemplados na regra.” Assim, continua erigindo ainda este mesmo pensamento, argumentando que:

[...] a regra abstrata também jamais poderá adversar o princípio da igualdade no que concerne ao vício de atual individualização absoluta, ou definitiva, pois a renovação da hipótese normativa acarreta sua incidência sempre sobre uma categoria de indivíduos, ainda que, à época de sua edição, exista apenas uma pessoa integrando-a.

[...]

²⁹. *Idem. Ibidem*, p. 10.

³⁰. *Idem. Ibidem*, p. 23-5.

³¹. *Idem. Ibidem*, p. 28-9-30-3.

Em outras palavras: um fator neutro em relação às situações, coisas ou pessoas diferenciadas é inidôneo para distingui-las. Então, não pode ser deferido aos magistrados ou aos advogados ou aos médicos que habitem em determinada região do País – só por isso – um tratamento mais favorável ou mais desfavorável juridicamente. Em suma, discriminação alguma pode ser feita entre eles, simplesmente em razão da área especial em que estejam sediados.

[...]

O que se põe em pauta, nuclearmente, portanto, são sempre as pessoas, fatos ou situações, pois só neles podem residir diferenças. Uma destas diferenças é a reiteração maior ou menor. É a sucessão mais dilatada ou menos dilatada; é, em suma, a variação da persistência. Esta variação demarca-se por um período, por uma data, mas o que está sendo objeto de demarcação não é, obviamente, nem o período em abstrato nem a data em abstrato, mas os próprios fatos ou situações contemplados e demarcados.

Isto posto, procede concluir: a lei não pode tomar tempo ou data como fator de discriminação entre pessoas a fim de lhes dar tratamentos díspares, sem com isto pelejar à arca partida com o princípio da igualdade. O que pode tomar como elemento discriminador é o fato, é o acontecimento, transcorrido em certo tempo por ele delimitado.

Não poder-se-ia chamar de tratamento desigual, quando em uma mesma hipótese erigida pela lei, sobre determinado aspecto, a exemplo: as férias no contexto geral, em que todos os trabalhadores gozam do direito a trinta dias de férias, todavia, existindo uma exceção, para aqueles que trabalham com material radioativo, citando como modelo, os profissionais que trabalham com máquinas de raio-x, os quais gozam do direito a quarenta dias de férias, sendo estas divididas, em 20 dias para o primeiro semestre e 20 dias para o remanescente, isto se dá em virtude do material perigoso, que os profissionais estão constantemente exposto a radiação.

Nesse contexto, observa-se que Mello³² vislumbra tal idéia, ao dizer que:

Em suma: é simplesmente ilógico, irracional, buscar em um elemento estranho a uma dada situação, alheio a ela, o fator de sua peculiarização. Se os fatores externos à sua fisionomia são diversos (quais os vários instantes temporais) então, percebe-se, a todas as luzes, que eles é que se distinguem e não as situações propriamente ditas. Ora, o princípio da isonomia preceitua que sejam tratadas igualmente as situações iguais e desigualmente as desiguais. Donde não há como desequilibrar pessoas e situações quando nelas não se encontram fatores desiguais. E, por fim, consoante averbado insistentemente, cumpre ademais que a diferenciação do regime legal esteja correlacionada com a diferença que se tomou em conta.

³². *Idem. Ibidem*, p. 35.

Sobre a possibilidade de haver algum tratamento desigual no conteúdo da norma editada, Moraes³³ entende que para tal deve haver uma razão:

A desigualdade na lei se produz quando a norma distingue de forma não razoável ou arbitrária um tratamento específico a pessoas diversas. Para que as diferenciações normativas possam ser consideradas não discriminatórias, torna-se indispensável que exista uma justificativa objetiva e razoável, de acordo com critérios e juízos valorativos genericamente aceitos, cuja exigência deve aplicar-se em relação à finalidade e efeitos da medida considerada, devendo estar presente por isso uma razoável relação de proporcionalidade entre meios empregados e a finalidade perseguida, sempre em conformidade com os direitos e garantias constitucionalmente protegidos.

Desta forma, qual a razão de terem os juízes sessenta dias de férias, ademais, gerando perdas aos jurisdicionados, que aguardam incansavelmente por uma decisão, que dependendo do tempo, não gerará nenhum benefício a este que espera.

Ademais, sobre a relação de direito existente entre um sujeito e outros, existem várias relações, destaca Bobbio³⁴ que:

[...] há quatro tipos possíveis de relações entre um sujeito e outros: 1) a relação entre um sujeito que tem direitos e deveres com outro que tem apenas direitos e não deveres (Deus); 2) a relação entre um sujeito que tem direitos e deveres com outro que tem apenas deveres e não direitos (o escravo); 3) a relação entre um sujeito que tem direitos com outro que não tem nem direitos nem deveres (os animais, as coisas inanimadas); 4) a relação entre um sujeito que tem direitos e deveres com outro que tem direitos e deveres (o homem). Destas quatro relações, somente a última é relação jurídica.

Kelsen³⁵ destaca que: “a diferença entre justiça e direito seja enfaticamente acentuada, esses dois termos permanecem, entretanto, ligados entre si por fios mais ou menos visíveis. Salientando que para ser “direito”, ensina-se, deve a ordem positiva estatal ter alguma participação na justiça, seja realizando um mínimo ético, mesmo que se trate de uma tentativa, seja – embora de modo insuficiente – um

³³ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 19. ed. atual. – São Paulo: Atlas, 2006. p. 32.

³⁴ BOBBIO, Norberto. **Teoria da Norma Jurídica**. 3. ed. rev. – Bauru, SP: EDIPRO, 2005, p. 39.

³⁵ KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito: Introdução à Problemática Científica do Direito**. 4. ed. rev. da tradução de J Cretella Jr. e Agnes Cretella – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 66.

direito justo; para ser um “direito”, o direito positivo deve corresponder, de algum modo, mesmo modesto, à idéia de direito.”

Kelsen³⁶ enfatiza que: “o caráter da ordem estatal é considerado evidente, sua legitimação é assegurada por essa teoria jurídica dos mínimos morais, que é apenas uma Teoria de Direito Natura minimizada. E esse mínimo de garantia chega aos tempos relativamente tranqüilos do domínio da burguesia, num período de relativo equilíbrio das forças sociais.” E que o princípio da igualdade constitucional, como sendo um sucedâneo de proibições, em relação a sociedade:

A garantia constitucional de igualdade perante a lei ou de liberdade da pessoa, de consciência, e assim por diante, não é senão a proibição de lei que tratam desigualmente os súditos ou desrespeitam determinada esfera de liberdade.

Silva³⁷ trata sobre o direito de igualdade, expondo que tal direito não tem tanto destaque, em virtude dos interesses da burguesia:

O direito de igualdade não tem merecido tantos discursos como a *liberdade*. As discussões, os debates doutrinários e até as lutas em torno desta obnubilaram aquela. É que a *igualdade* constitui o signo fundamental da democracia. Não admite os privilégios e distinções que um regime simplesmente liberal consagra. Por isso é que a burguesia, cônica de seu privilégio de classe, jamais postulou um regime de igualdade tanto quanto reivindicara o de liberdade. É que um regime de igualdade contraria seus interesses e dá à liberdade sentido material que não se harmoniza com o domínio de classe em que assenta a democracia liberal burguesa.

As constituições só têm reconhecido a igualdade no seu sentido jurídico-formal: *igualdade perante a lei*. A constituição de 1988 abre os capítulos dos direitos individuais como princípio de que *todos são iguais perante a lei*, sem distinção de qualquer natureza (art. 5º, *caput*). Reforça o princípio com muitas outras normas sobre a igualdade ou buscando a igualização dos desiguais pela outorga de direitos sócias substanciais. Assim é que, já no mesmo art. 5º, I, declara que *homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações*. Depois, no art. 7º, XXX e XXXI, vêm regras de igualdade material, regras que proíbem distinções fundadas em certos fatores, ao vendarem *diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil e qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência*. A previsão, ainda que programáticas, de que a República Federativa do Brasil tem como um de seus objetivos fundamentais *reduzir as desigualdades sociais e regionais* (art. 3º, III), veemente repulsa a qualquer forma de discriminação (art. 3º, IV), a universidade da seguridade social, a garantia ao direito à saúde, à educação baseada em princípios democráticos e de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, enfim a preocupação

³⁶. *Op. cit.*, p. 66-103.

³⁷. *Op. cit.*, p. 211-2.

com a justiça social como objetivo das ordens econômica e social (arts. 170, 193, 196, e 205) constituem reais promessas de busca da igualdade material.

Afirma Silva³⁸ que há duas correntes que postulam pela conceituação de igualdade:

O conceito de igualdade provocou posições extremadas. Há os que sustentam que a desigualdade é a característica do universo. Assim, os seres humanos, ao contrário da afirmativa do art. 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, nascem e perduram desiguais. Nesse caso, a igualdade não passaria de um simples *nome*, sem significação no mundo real, pelo que os adeptos dessa corrente são denominadas *nominalistas*. No pólo oposto, encontram-se os *idealistas*, que postulam um igualitarismo absoluto entre as pessoas. Afirma-se, em verdade, uma igual liberdade natural ligada à hipótese do estado de natureza, em que reinava uma igualdade absoluta.

Silva³⁹ salienta que a “igualdade constitucional é mais que uma expressão de Direito; é um modo justo de se viver em sociedade. Por isso é princípio posto como pilar de sustentação e estrela de direção interpretativa das normas jurídicas que compõem o sistema jurídico fundamental.”

A Magna Carta de 1215 enseja em seu bojo, a proibição de discriminação, no Título dos Direitos e Garantias Fundamentais, no Capítulo dos Direitos Sociais, assim trata do assunto Silva⁴⁰:

Proíbe-se, também, diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de *sexo, idade, cor, estado cível* ou *posse de deficiência* (art. 7º, XXX e XXXI). A constituição assim o faz porque essas razões preconceituosas são as que mais comumente se tomam como fundamento e discrimina.

A constituição vigente é mais veemente e mais abrangente na condenação nas desequiparações entre pessoas. Confere a igualdade perante a lei, *sem distinções de qualquer natureza*, de sorte que as hipóteses que indicaremos a seguir são simplesmente exemplificativas, tanto quanto o são na própria Constituição.

Bem destaca Silva⁴¹, ao dar uma justificativa plausível para o discrimine erigido pela Constituição da República.

³⁸. *Idem. Ibidem*, p. 212.

³⁹. *Idem. Ibidem*, p. 214.

⁴⁰. *Idem. Ibidem*, p. 223.

⁴¹. *Idem. Ibidem*, p. 226.

Enfim, lembra Pontes de Miranda: “Todos os direitos que tiverem os trabalhadores manuais tê-lo-ão os trabalhadores intelectuais, ou vice-versa. Dentre os trabalhadores manuais, o princípio da isonomia também prevalece”.

Ressalva-se, contudo, que a própria Constituição impõe discriminação entre a retribuição do trabalho diurno e noturno, determinando que este tenha remuneração mais elevada (art. 7º, IX).

Conforme as palavras de Barbosa⁴², quando chamado para paraninfar a turma de 1920, da Faculdade de Direito de São Paulo, sobre a regra da igualdade:

A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigalam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalesssem.

Deve-se observar, portanto, que em virtude do conteúdo constitucional, do princípio da igualdade, sustentado pela Constituição de 1988, elencado nos termos dos Direitos e Garantias Fundamentais, toda a sociedade deve ser tratada isonomicamente, não tendo em que se falar em privilégios, quando estes não justifiquem, principalmente quando tais privilégios usurpam o bem maior, que é o direito da coletividade.

4.3. PRINCIPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL

Esse princípio esculpido em nossa Constituição, pela Emenda Constitucional nº 45, incluído dentre os direitos e garantias fundamentais, com o acréscimo do inciso LXXVIII, que a todos devem ser assegurado, vem objetivar a celeridade de tramitação dos processos. Assim assevera Moraes⁴³, bem como, salienta que existem em nosso sistema meios legais destinados a aceleração jurisdicional ao mencionar as palavras do Ministro Celso Mello:

⁴². BARBOSA, Rui. **Oração aos Moços**. 8. ed. – Rio de Janeiro: Ediouro, 1997, p. 55.

⁴³. *Op. cit.*, p. 94.

A EC nº 45/04 (Reforma do Judiciário) assegurou a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

[...]

Essas previsões – razoável duração do processo e celeridade processual -, em nosso entender, já estavam contempladas no texto constitucional, seja na consagração do princípio do devido processo legal, seja na previsão do princípio da eficiência aplicável à Administração pública (CF, art. 37, *caput*). Conforme lembrou o Ministro Celso de Mello, “cumpre registrar, finalmente, que já existem, em nosso sistema de direito positivo, ainda que de forma difusa, diversos mecanismos legais destinados a acelerar a prestação jurisdicional (CPC, art.133,II e art. 198; LOMAN, art. 35, incisos II, III, VI,art. 39,art. 44 e art. 49,II), de modo a neutralizar, por parte de magistrados e Tribunais, retardamento abusivo ou dilações indevidas na resolução dos litígios”.

A desembargadora Pereira⁴⁴ trata do assunto, citando José Carlos Barbosa Moreira e Sergio Ferraz, uma vez que o Brasil é signatário de Convenções, que versam sobre a questão, e que tem sido cobrado por outros países signatários em cumprir efetivamente os conflitos de interesse em prazo razoável:

Na visão de José Carlos Barbosa Moreira, todavia, não haveria na norma da incisa LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, na realidade, uma disposição simplesmente programática, até porque, a proposta de celeridade, na prestação jurisdicional, não constituiria, a rigor. “uma novidade no ordenamento jurídico brasileiro, já que o Brasil é signatário da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, o chamado Pacto de San José da Costa Rica, que cuidou dessa matéria, assegurando um prazo razoável para o dever de prestar jurisdição, por parte de todos os Estados signatários”. (*Apud* “reflexos da Emenda Constitucional nº 45/2004, no Processo civil”- Estudo Jurídico publicado na Revisão da EMERJ, vol. 8 nº 32/2005, pg. 31/44).

Discorrendo sobre a matéria, Sérgio Ferraz, em bem lançado artigo, lembrou que: “Uma das idéias fixas do jurista de nossos tempos é da consagração, e, na medida do possível, a delimitação do chamado razoável”. Preocupação, na verdade, plenamente justificada, levando em conta que – e é ainda o douto articulista quem anota – “tanto a Corte Européia, quando a Corte Interamericana de justiça, com base nos respectivos pactos fundamentais de direitos humanos, têm responsabilizado os Estados signatários, que não garantem efetivamente a solução dos conflitos de interesse, em prazo razoável, (entre nós americanos, a garantia em questão, está expressamente no artigo 8º,nº 2 do Pacto de S. José da Costa Rica)” – *Apud* Revista do instituto dos Advogados Brasileiros – nº 92, ano XXXIV, 2º Trimestre – 2000, pp. 97/100.

⁴⁴. PEREIRA, Áurea Pimentel. **A reforma da justiça na Emenda Constitucional 45/2004**. - Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 44.

Embora existisse meios que proporcionasse maior celeridade na tramitação dos processos, foi necessário à propositura de tal instrumento, buscando tornar mais claro e em forma de garantia constitucional.

Assim, sendo criado, por meio da Emenda Constitucional nº 45, esta trouxe meios para que desse mais viabilidade à tramitação processual, Conforme bem esclarece Moraes⁴⁵:

Os processos administrativos e judiciais devem garantir todos os direitos às partes, sem, contudo esquecer a necessidade de desburocratização de seus procedimentos e na busca de qualidade e máxima eficácia de suas decisões.

Na tentativa de alcançar esses objetivos, a EC nº45/04 trouxe diversos mecanismos de celeridade, transparência e controle de qualidade da atividade jurisdicional.

Como mecanismo de celeridade e desburocratização podem ser citados: a vedação de férias coletivas nos juízo e tribunais de segundo grau, a proporcionalidade do número de juízes à efetiva demanda judicial e à respectiva população, a distribuição imediata dos processos, em todos os graus de jurisdição, a possibilidade de delegação aos servidores do judiciário, a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório, a necessidade de demonstração de repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso para fins de conhecimento do recurso extraordinário a constitucionais discutidas no caso para fins de conhecimento do recurso extraordinário, a instalação da justiça itinerante, as sumulas vinculadas do Supremo Tribunal Federal.

A questão ora em voga é que o jurisdicionado tem um direito, erigido ao pilar de princípio constitucional, e quando tal direito é cumprido, ocorre uma satisfação a todos os homens, quando atingidos, pelo gozo da aplicação de seu direito.

Embora, Pereira⁴⁶ expõe, ao citar as advertências de Sérgio Bermudes, que tal medida proposta tende a cair no vazio:

Tal foi a preocupação do legislador constituinte derivado em assegurar à sociedade, uma justiça rápida, que cuidou de erigir a garantia da celeridade na tramitação dos processos em direito fundamental, expressamente incluindo-a, no inciso LXXVIII – que foi pela Emenda ao artigo 5º da Carta Magna acrescido – ao elenco dos direitos fundamentais, originariamente no referido artigo contido.

Observe-se que, a celeridade prometida na norma que foi ao artigo 5º da C.F. acrescida (inciso LXXVIII), é abrangente dos processos da natureza judicial e administrativa, vendo-se que, no dispositivo citado, previu o

⁴⁵. *Idem. Ibidem*, p. 94.

⁴⁶. *Op. Cit.*, p. 44.

legislador que a todos devem ser garantidos os meios capazes de tornar célere a tramitação dos processos e a possibilidade de sua conclusão dentro de prazo razoável.

Forçoso é reconhecer que, embora erigida em garantia fundamental, o que pressupõe a sua eficácia imediata, o dispositivo inserido no inciso LXXVIII do artigo 5º da Lei Maior, constitui, na verdade, norma meramente programática, dependendo, como de fato depende, para ser tornada efetiva, que o Estado assegure, como foi prometido na norma, os meios capazes de assegurar a celeridade proposta, pena de, como advertiu Sérgio Bermudes, vir dita proposta, a cair no vazio, em um país, como o Brasil: “que dispõe de menos de um terço dos juizes que precisa, assessorados por uma infra-estrutura cartorária deficiente, agravado o quadro pela precariedade da postulação jurisdicional”.

Torna-se evidente, que para criação de uma norma, deve-se ter em vista os meios que a garanta, se não tiver meios, não há que se falar em cumprimento de norma, ficando-a, desta forma, ao acaso.

Para Moraes⁴⁷ os meios criados pela Reforma do Judiciário, trouxeram poucos mecanismos para que possibilitasse maior celeridade na tramitação dos processos e redução na morosidade da Justiça, porém, como bem salientou o Ministro Nelson Jobim, sobre a Emenda Constitucional nº 45/04: “que ela é um pouco, do processo de caminhada”:

A EC nº 45/04, porem, trouxe poucos mecânicos processuais que possibilitem maior celeridade na tramitação dos processos e redução na morosidade da Justiça brasileira. O sistema processual judiciário necessitava de alterações infraconstitucionais, que privilegiem a solução dos conflitos, a distribuição de justiça e maior segurança jurídica, afastando-se tecnicismo exagerado.

Como salientado pelo Ministro Nelson Jobim, a EC nº 45/04, “é só, de uma caminhada. Ela avançou muito em termo institucionais e tem alguns pontos, como a sumula vinculada e a repercussão geral, que ajudam, sim, a dar mais celeridade. Mas apenas em alguns casos isolados. Para reduzir a tão falada morosidade, já estamos trabalhando numa outra reforma, de natureza infraconstitucional e que vai trazer modificações processuais”. Nesse mesmo sentido analisando a convocação de uma reforma do judiciário francês pelo presidente Jacques Chirac, em 21 de janeiro de 1997, Jose Renato Nalini observou que “a prioridade máxima é de ser concedida à aceleração dos tramites de procedimento e de julgamento. É uma aspiração de 76% das pessoas interrogadas. Também para eles o problema primordial é a lentidão com que a justiça responde às demandas institucionalizando os conflitos em lugar de decidi-los com presteza”.

⁴⁷. *Idem. Ibidem*, p. 94.

Lembra Silva⁴⁸, sobre o direito a uma duração razoável do processo, que de fato, o acesso à Justiça só por si já inclui uma prestação jurisdicional em tempo hábil para garantir o gozo do direito pleiteado:

Esse direito foi instituído pela EC-45/2004 mediante o acréscimo do inc. LXXVIII ao art. 5º da Constituição, para estatuir que *a todos são assegurados, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*. Aqui interessa o processo judicial, que é o resultado do exercício do direito de acesso à Justiça previsto no inc. XXXV, de que já falamos supra. De fato, o acesso à Justiça só por si já inclui uma prestação jurisdicional em tempo hábil para garantir o gozo do direito pleiteado – mas crônica morosidade do aparelho judiciário o frustrava; daí criar-se mais essa garantia constitucional, com o mesmo risco de gerar novas frustrações pela sua ineficácia, porque não basta uma declaração formal de um direito ou de uma garantia individual para que, num passe de mágica, tudo se realize com declarado. Demais a norma acena para a regra da *razoabilidade* cuja textura aberta deixa amplas margens de apreciação, sempre em função de situações concretas.

Segundo Silva⁴⁹:

[...] A garantia de celeridade de tramitação dos processos constitui um modo de impor limites à textura aberta da razoabilidade, de sorte que, se o magistrado demora no exercício de sua judicatura por causa, por exemplo, de excesso de trabalho, a questão se põe quanto à busca de meios para dar maior celeridade ao cumprimento de suas funções, prevendo-se mesmo que o Congresso Nacional promova alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional (EC-45/2004, art. 7º); se, no entanto, a morosidade decorrer de desídia do magistrado, o tribunal a que ele pertence, seja qual for sua condição, deve tomar as providências para o cumprimento das garantias asseguradas no inciso em apreço.

Pereira⁵⁰ argumenta que editada com fins de proporcionar uma justiça mais célere, todavia, ainda, há muito a ser feito:

A Emenda Constitucional 45/2004, promulgada em 08-12-2004, após mais de uma década de estudos e discussões no Congresso Nacional, foi editada com o propósito de realizar reforma no Poder Jurídico, de modo a proporcionar uma distribuição de justiça mais rápida. Dita Emenda, porém, não esgotou toda a matéria proposta, no projeto de reforma original, do que resultou terem sido, algumas questões - que têm enfoques muito importantes - desenvolvidas a exame em uma segunda fase de votação, sabidamente ainda não concluída.

⁴⁸ *Idem. Ibidem*, p. 432.

⁴⁹ *Idem. Ibidem*, p. 432-3.

⁵⁰ *Idem. Ibidem*, p. 1.

Para que o cidadão tenha os seus direitos fundamentais concretizados são necessários meios que resolva os seus conflitos, como salienta o professor Bastos⁵¹:

Para alcançar esse desiderato, a sociedade deve ter a seu dispor meios hábeis para prover soluções tempestivas aos conflitos, seja através do aparato judiciário ou de meios alternativos a ele, caso contrário o direito fundamental à razoável duração do processo não passa de mera teoria, apartando-se do mundo real.

Como o Estado tem o poder e o dever da jurisdição, regido pelo princípio da inafastabilidade, (ou princípio do controle jurisdicional), bem salientado por Cintra⁵²:

O *princípio da inafastabilidade* [...] expresso na Constituição (art. 5º, inc. XXXV), garante a todos o acesso ao Poder Judiciário, o qual não pode deixar de atender a quem venha a juízo deduzir uma pretensão fundada no direito e pedir solução para ela. Não pode a lei “excluir da apreciação Do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direito” (art. cit.), nem pode o juiz, a pretexto de lacuna ou obscuridade da lei, escusar-se de proferir decisão [...].

O jurisdicionado, por sua vez, tem direito a esse poder-dever do Estado, exercido quando ele ingressa por meio de uma ação em juízo, sendo-lhe, portanto assegurado todos os meios que lhe garanta o direito almejado, por meio do devido processo legal, da ampla defesa e contraditório.

Sobre o princípio do acesso à justiça, a juíza Hess⁵³ explica:

O acesso à justiça, expressa um juízo de valor que se refere diretamente a um direito fundamental do homem buscar a justiça, o justo, para solucionar os conflitos de interesses, com base em normas de conduta ética e consoante leis que regem a sociedade e o Estado.

Cappelletti e Garth⁵⁴, sobre o acesso à justiça ressalta que:

[...] serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico, o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. [...] o sistema deve ser igualmente acessível a todos; [...] ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos.

⁵¹. BASTOS, Antônio Adonias Aguiar. **O Direito fundamental à razoável duração do processo e a Reforma do Poder Judiciário: uma desmistificação**. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie *et. al.* (Coords). **Reforma do Judiciário de acordo com a EC n. 45/2004**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 32.

⁵². CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; *et. al.* **Teoria Geral do Processo**. 20. ed. – São Paulo: Malheiros. 2004, p. 139.

⁵³. HESS, Heliana Maria Coutinho. **Acesso à Justiça por Reformas Judiciais**. – Campinas: Millennium, 2004, p. 3.

⁵⁴. CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. - Porto Alegre: Sérgio A. Fabris, 1988, p. 8.

Salientando que vários princípios estão interligados, não havendo do que falar de princípio da celeridade processual sem sua interligação ao princípio do acesso à justiça, tampouco, aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e contraditório.

4. DA REFORMA DO JUDICIÁRIO (EC Nº 45)

Muito se tem feito, objetivando um Judiciário menos burocrático, mais célere e acessível. A Emenda Constitucional nº 45, conhecida como “Reforma do Judiciário”, trouxe grandes inovações, as quais visam qualidade, transparência e celeridade da atividade jurisdicional.

Moraes⁵⁵ detalha sobre os meios trazidos pela Emenda:

[...] Na tentativa de alcançar esses objetivos, a EC nº 45/04 trouxe diversos mecanismos de celeridade, transparência e controle de qualidade da atividade jurisdicional.

Como mecanismo de celeridade e desburocratização podem ser citados: a vedação de férias coletivas nos juízo e tribunais de segundo grau, a proporcionalidade do número de juízes à efetiva demanda judicial e à respectiva população, a distribuição imediata dos processos, em todos os graus de jurisdição, a possibilidade de delegação aos servidores do judiciário, a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório, a necessidade de demonstração de repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso para fins de conhecimento do recurso extraordinário, a instalação da justiça itinerante, as súmulas vinculadas do Supremo Tribunal Federal.

A Emenda Constitucional 45, fez diversas implementações no contexto do Judiciário Brasileiro, indicando novas regras à atividade jurisdicional, mais notório ainda, pode-se observar é a questão inserida no rol dos direitos e garantias individuais, com o acréscimo do inciso LXXVIII ao art. 5º, da Constituição Federal de 1988.

⁵⁵. Idem. Ibidem, p. 94.

Principalmente no que tange a questão da garantia da celeridade da tramitação processual, vez que o Brasil por ser signatário da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (pacto de San José da Costa Rica) frisando Silva Neto⁵⁶, em que tal pacto inseriu no “art. 8º, 1, toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial,[...]”

O grande problema que levou o legislador constituinte a tomar as devidas medidas, foi à questão do abarrotamento do judiciário, que lhe proporcionava a lentidão do judiciário fazer o escoamento processual.

Assim, a fim de tornar um judiciário mais célere foram tomadas varias medidas, sendo que estas foram incorporadas pela EC n. 45/04, principalmente no bojo do art. 93, da Constituição Federal, onde foram acrescidos alguns incisos, dentre eles detalhando:

Com o acréscimo da alínea “e”, no artigo mencionado, trouxe uma novidade, o chamado “prazo legal”, embora este, ainda, não regulamentando, todavia, no texto deste dispositivo, dispõe sobre uma maneira de punir o juiz que retiver os autos sem motivos justificados, observe o conteúdo da referida alínea “e”: “não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão”, para dar maior sustentabilidade a tal dispositivo, foi aprovado na Câmara Federal um Projeto de lei, que em caso de demora na decisão por parte do Juiz natural, será nomeado um substituto para decidir sobre o feito.

O inciso XIII, do aludido artigo, menciona sobre a desproporção entre o número de juízes na unidade jurisdicional e a respectiva população;

Sobre o inciso XIV, do art. 93, que se refere a delegação dada a servidores, para desenrolar atos sem caráter decisório, bem salienta Silva Neto⁵⁷:

⁵⁶. SILVA NETO, Monel Jorge e. **Direitos Fundamentais na EC N. 45/2004**. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie et. al. (Coords). **Reforma do Judiciário de acordo com a EC n. 45/2004**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 136.

⁵⁷. *Op. cit.*, p. 139.

Quando o dispositivo refere que “os servidores receberão delegação”, deixa claro que o ato não estará circunscrito à conveniência do juiz ou colegiado. Trata-se de providência que se impõe objetivamente após a alteração constitucional, podendo até mesmo a omissão da autoridade jurisdicional implicar à impetração de mandado de segurança coletivo pela Ordem dos Advogados do Brasil, em face da inequívoca importância do procedimento para a celeridade da tramitação dos processos.

Com propósito de dar maior celeridade prestação jurisdicional, a EC 45/04 previu, também, no inciso XV, do art. 93, que “a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição”.

Além das mudanças acima expostas, acrescidas ao artigo 93, da CR, deve-se frisar sobre mais um instituto criado pela Emenda Constitucional da Reforma do Judiciário, onde foi criado o art. 103-A, que trata da “súmula vinculante”.

As súmulas vinculantes são de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, e vieram para tornar o judiciário mais célere, evitando desta forma, recursos protelatórios.

Observa-se, portanto, que por meio da Emenda Constitucional nº 45, foi criado diversos institutos, para dá cabo a morosidade do judiciário, porém, prossegue a reclamação por parte dos magistrados que dizem, que o judiciário continua abarrotado de processos, todavia, deve existir por parte da autoridade judicante, interesse em tornar a justiça mais célere, começando em abrir mãos de regalias e dando cumprimento aos princípios erigidos pela Constituição Federal, que é parte de seu mister.

Outro assunto consagrado no novo diploma constitucional, é o fim das férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, colocado no inciso XII, do art. 93, ao referir-se que a atividade jurisdicional será ininterrupta, como sendo, mais umas das fórmulas, para fazer com que o jurisdicionado seja melhor atendido.

4.1. FIM DAS FÉRIAS COLETIVAS DOS JUIZES DE 1º E 2º GRAUS

Desse modo, o artigo 93, inciso XII, da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, assevera o fim das férias coletivas para os juízes de 1º e 2º graus, assegurando serem “ininterruptas”, as atividades do judiciário, com a finalidade de dar maior celeridade ao judiciário, assim dispõe o novo dispositivo⁵⁸: “A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente”.

A Lei 5010, de 30 de maio de 1966⁵⁹, que “Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências”, no artigo 51, dispõe que: “as férias dos Juízes serão individuais e de sessenta dias, gozadas de uma só vez, obedecida a escala organizada pelo Conselho da Justiça Federal”.

A Lei Complementar 35/79 de 14 de março de 1979, o parágrafo 1º, artigo 66, divergente da Lei 5010/66, somente na questão das férias coletivas, dispõe que: “Os membros dos Tribunais, salvo os dos Tribunais Regionais do Trabalho, que terão férias individuais, gozarão de férias coletivas, nos períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho. Os Juízes de primeiro grau gozarão de férias coletivas ou individuais, conforme dispuser a lei.”

A desembargadora, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Pereira⁶⁰ utiliza-se das palavras de José Carlos Barbosa Moreira, onde opina que a disposição que pôs fim as férias coletivas nos Tribunais foi positiva, pois é inaceitável que a justiça cesse de prestar o seu serviço, comparando o fato ao hospital que fecha as portas aos pacientes:

[...] em determinadas épocas do ano, cessasse por completo ou quase por completo, atividade judicante em segundo grau, por isso que, assinala o douto processualista: “como um hospital não deve fechar suas portas para que os médicos gozem de merecidas férias – cada qual gozará delas em uma oportunidade própria – assim também os tribunais não devem, a meu ver, fechar suas portas, pois são também hospitais, no sentido de que são

⁵⁸. *Op. cit.*

⁵⁹. BRASIL. Lei 5010/66, **Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5010.htm>. Acessado em 01/03/08.

⁶⁰. *Idem. Ibidem*, p. 22.

entidades destinadas a dar remédio a doenças. Não doenças físicas, mas jurídicas, crises no funcionamento prático do ordenamento jurídico”.

Dias⁶¹, em seu artigo, salienta o entendimento de alguns que o dispositivo constitucional, criado pela Emenda 45, não tem aplicação imediata:

Embora, o assunto tenha sido muito comentado, continua sem direção, pois os juízes continuam gozando dos sessenta dias de férias, os tribunais têm acatado a questão das férias coletivas, já que há entendimento por parte de alguns doutos, que o novo conteúdo constitucional, não tem aplicação imediata.

O Conselho Nacional de Justiça, já se utilizou de duas resoluções, para tratar do assunto, das férias coletivas, sendo a primeira concordando com o teor disposto na Constituição, sobre o fim das férias coletivas, e a última resolução revogando a primeira, porém tal resolução foi cassada pelo Supremo Tribunal Federal.

Com objetivo de se adequar à norma contida no art. 93, XII, que trata sobre o fim das férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, o Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, o Desembargador Moreira Chagas publicou no Diário Oficial nº 031, de 15, de fevereiro de 2007, o Ato n. 62/2007-CM, “transferindo as férias do Desembargador Miguel Monico Neto, referentes ao primeiro período de 2007”, que havia sido, “anteriormente marcadas através do Ato n. 960/2006-CM, publicado no Diário de Justiça n. 237 de 21.12.2006”.

Observa-se, portanto, que com o fim das férias coletivas, os tribunais de 2º grau têm procurado se adequar à norma constitucional.

4.1.1. Inadequação e medidas anticonstitucionais do Conselho Nacional de Justiça

As férias dos magistrados de 1º e 2º graus estavam se tornando um caso polêmico, sem fim.

⁶¹. DIAS, Luciano Souto. **A Resolução nº 24 do Conselho Nacional de Justiça e o retorno das férias forenses coletivas.** Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1216, 30 out. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9102>>. Acessado em 15/11/07.

O Conselho Nacional de Justiça, órgão criado pela Emenda Constitucional n. 45/04, com a inclusão do art. 103-B ao texto constitucional, com base no § 4º *caput* e inciso II do art. 103-B, da Constituição Federal, publicou a Resolução nº 03⁶², corroborando com o disposto no art. 93, XII, no relativo às férias coletivas nos juízos e também nos Tribunais de segundo grau. Dita o Art. 2º, da referida resolução: “Cientificar os Tribunais que serão inadmissíveis quaisquer justificativas relativas a período futuro, ficando definitivamente extintas as férias coletivas, nos termos fixados na Constituição Federal”.

Desta forma, em entendimento do conteúdo constitucional, previsto no inciso XII, do art. 93, da Constituição Federal, assim consta Dias⁶³: “Imaginava-se que a medida contribuiria para uma maior celeridade processual, visto que os procedimentos judiciais seriam ininterruptos.”

Portanto, entende-se que a partir do conhecimento da publicação daquela resolução, estariam extintas as férias coletivas, não mais sendo admitida futuras férias coletivas, para os juízos e tribunais de 2º grau.

Porém, em virtude da inadequação por parte dos tribunais, bem como reclamações de outros órgãos, como Ordem dos Advogados do Brasil, a contrário senso, o próprio Conselho Nacional de Justiça edita uma nova resolução para tratar sobre as férias coletivas dos juízos e tribunais de 2º grau, publicando a Resolução de nº 24⁶⁴, revogando o Art. 2º, da Resolução nº 03, concedendo férias coletivas aos juízos e tribunais de 2º grau.

Em virtude, desta nova resolução, o problema foi agravado, pois, a Procuradoria Geral da República contesta a norma editada pelo Conselho e Ato Regimental 5, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que disciplinava as férias dos juízes a serem concedidas em 2007.

⁶². BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Resolução nº. 3, de 2005. Dispõe sobre as férias coletivas nos Juízos e Tribunais de 2º Grau e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.cnj.gov.br/pages/resolucoes.jsp>>. Acessado em: 15/11/2007.

⁶³. *Op. Cit.*

⁶⁴. BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Resolução nº 24, de 2006. Revoga o disposto no art. 2º da resolução nº3 do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.cnj.gov.br/pages/resolucoes.jsp>>. Acessado em: 15/11/2007.

Com base na Resolução 24, do Conselho Nacional de Justiça, a Procuradoria Geral da República entra com ação de inconstitucionalidade, ADI 3.823⁶⁵, por ferir o dispositivo constitucional, ora defendido anteriormente pela resolução de nº 03, do Conselho, bem como, editar algo que não era de sua competência, pois tal medida, era de competência do legislativo, ante esta formação, o Supremo Tribunal cassa a Resolução nº 24, do Conselho Nacional de Justiça.

Deve-se salientar, que por causa da Resolução 24, editada pelo Conselho Nacional de Justiça, vários tribunais seguiram o entendimento da medida, regulamentando as férias coletivas de seus magistrados, para os meses de janeiro e julho.

Conclui-se que em primeiro momento o Conselho Nacional de Justiça estava correto, com a edição da Resolução nº 03, em ter regulamentado sobre o fim das férias coletivas dos juízes e tribunais de 2º grau, concordando com o Art. 93, II, da Constituição Federal, que trata do mesmo assunto, com objetivo de tornar a atividade jurisdicional ininterrupta, porém, com a segunda medida, editando a Resolução nº 24, onde, revoga dispositivo da Resolução 03, bem como, ferindo conteúdo constitucional, ao conceder férias coletivas aos juízes e tribunais de 2º grau.

O Supremo Tribunal Federal por sua vez, cassa a Resolução nº 24, por ser norma inconstitucional, desta forma, retornando as férias coletivas dos magistrados, conforme contexto, disposto no Art. 93, II.

Deve-se salientar, sobre a competência do Conselho Nacional de Justiça, com base no § 4º *caput* e inciso II do art. 103-B, da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência do Conselho, de “controlar o cumprimento dos deveres dos juízes”, bem como, “zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros

⁶⁵. Brasil. Procuradoria Geral da República. **ADI 3823: STF suspende férias coletivas de magistrados**. Disponível em: <<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/constitucional/adi-3823-stf-suspende-ferias-coletivas-de-magistrados/>>. Acessado em 15 nov. 2007.

ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei”.

5. DA MOROSIDADE DO JUDICIÁRIO

No início do século XX, a situação do Judiciário já era um tanto embaraçada, demorava-se muito para chegar a uma conclusão processual, dizia Barbosa⁶⁶:

Ponho exemplo, senhores. Nada se leva em menos conta, na judicatura, a uma boa fé de ofício que o vexo de tardança nos despachos e sentenças. Os códigos se cansam debalde em o punir. Mas a geral habitualidade e a conivência geral o entretêm, inocentam e universalizam. Destarte se incrementa e demanda ele em proporções incalculáveis, chegando as causas a contar a idade por lustras, ou décadas, em vez de anos. Mas justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito escrito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade. Os juizes tardinhos são culpados, que a lassidão comum vai tolerando. Mas sua culpa tresdobra com a terrível agravante de que o lesado não tem meio de reagir contra o delinqüente poderoso, em cujas mãos jaz a sorte do litígio pendente.

Antes da Reforma do Judiciário, muito já se falava em celeridade processual, e embora a EC 45/04, fizesse diversas alterações, o judiciário continua abarrotado e lento.

Em 1997, Negrão⁶⁷ comentou que um dos fatores que torna o Judiciário moroso é a interposição recursos protelatórios: "essencial também é que se desencoraje a interposição de recursos extraordinários e especiais, apresentados unicamente para ganhar tempo".

⁶⁶. *Op. Cit.*, p. 73-4.

⁶⁷. NEGRÃO, Teotônio. **Denegação de Justiça**. In: Revista Jurídica Consulex. **Reforma do Judiciário**. Ano I, nº 03, 31.03.97, (Multimídia).

Entre vários fatores evidenciados, que torna o judiciário lento e assoberbados, destaca-se um dos problemas, o cumprimento de metas previamente estabelecidas, aos juízes, pelos tribunais, é o que se pode abstrair, do demonstrativo de produtividade, do Tribunal de Justiça de Rondônia, a título exemplificativo.

Porém, os problemas dos tribunais, não devem afligir os jurisdicionados, a solução dos seus conflitos, deve ser resolvida, quando colocadas expostas à justiça, como bem destaca Silva⁶⁸, ao tratar da morosidade processual:

Tem-se consciência que o processo ideal consiste no mecanismo capaz de distribuir a justiça em curto espaço de tempo, ou seja, a solução judicial deverá cessar, o quanto antes, o conflito social apresentado ao Judiciário. Ora, em nossa sociedade, com o advento das atuais tecnologias que grassam em nosso meio, verifica-se, como resultado desse progresso, a existência de um comportamento social cada vez mais dinâmico. Nessa nova realidade, o ideal/meta do indivíduo moderno centra-se em fazer muito mais, no menor espaço de tempo. Em conclusão, o lema – quase que compulsivo – é não perder tempo com qualquer coisa que seja. Ocorre que, em vários casos, a finalização do processo através da sentença, não atende a necessidade da pronta resposta esperada pelos jurisdicionados. Portanto, na via inversa dos anseios sociais, está a malograda lentidão processual. No cenário do processo lento, infelizmente, é comum as lides quase que se eternizarem nos meandros das varas judiciais. E, por vezes chega-se à impressão de que o dilema levado ao Poder Judiciário opõe-se a cadência natural das criações humanas: começo meio e fim.

O entendimento que se abstrai das palavras supramencionadas, é que o judiciário não acompanhou o desenvolvimento tecnológico, bem como, não se adequou à sociedade.

Acrescenta ainda, Silva⁶⁹, indignado com a morosidade da Justiça, que a sociedade esta a mercê desta difícil situação e o mais prejudicado seria a classe mais desprovida de recursos que são quase que obrigadas a aceitarem propostas indutivas, por parte judicante, com desculpas de dar maior celeridade ao caso:

A morosidade processual caminha no sentido inverso dos anseios da sociedade, haja vista que o cenário hodierno, no exercício de transações diversas, apregoa o máximo aproveitamento de tempo. Para tanto,

⁶⁸. SILVA, Ivan de Oliveira. **A Morosidade Processual e a Responsabilidade Civil do Estado**. – São Paulo: Pillares, 2004, p. 31.

⁶⁹. *Op. cit.* p. 32.

necessário à existência de instituições públicas dotadas para acompanhar adequadamente esse ritmo.

O problema, em alguns casos, chega a ser crítico, pois, enquanto de um lado, temos uma sociedade formada de pessoas, que em geral, exaltam e buscam o dinamismo, do outro lado, infelizmente, encontramos um sistema lento e incapaz de suprir a necessidade social.

[...]

Luiz Guilherme Marinoni, comentando a respeito dessa triste realidade, apresenta um público alvo mais atingido pelo ônus da morosidade processual, qual seja, aquele indivíduo de poucos recursos financeiros.

Assim, para o mestre, “a morosidade do processo atinge muito mais de perto aqueles que possuem menos recurso. A lentidão processual pode ser convertida num custo econômico adicional, e este é proporcionalmente mais gravoso para os pobres”.

[...], no contexto social, o processo contaminado pela lentidão, pode ser considerado como mais um fator de exclusão de nichos sociais, porquanto, impõe ao indivíduo menos favorecido, em vários casos, a necessidade de aceitação de transações manifestamente prejudiciais aos reais interesses.

Vale dizer, em algumas ocasiões, uma das partes processuais, com vistas a evitar a solução tardia do litígio aceita barganhar seus interesses, para tão-somente evitar o ônus da demora imposta pelo pronunciamento do Judiciário.

O autor⁷⁰ levanta mais um problema em desfavor do jurisdicionado, complicação esta, em decorrência da demora das decisões processuais, ocasionando transtornos psicológicos ao demandante.

[...] no que se refere ao impacto psicológico, para as partes e interessados em geral, o processo é algo terrível e angustiante, capaz de propiciar até mesmo momentos de ansiedade e sofrimento.

Assim, o processo, enquanto não solucionado, poderá simbolizar dor psicológica e tensão para os sujeitos processuais.

Neste Sentido, constatamos que jurisdicionados que, por não tencionarem fazer “justiça com as próprias mãos”, confiam ao Estado os seus dilemas financeiros e psicológicos para obter a solução dos conflitos originários da própria vida em sociedade.

Destarte, do ponto de vista jurídico, o que chamamos meramente de lide, por representar um compasso desarmônico entre cidadãos, em razão de uma expectativa ansiosa, pode provocar uma carga de sofrimentos às partes interessadas no resultado do litígio apresentado ao Judiciário.

O processo, se analisado pela ótica do impacto causado aos litigantes, além de colocara em discussão valores patrimoniais, poderá por outro lado, trazer consequências psicológicas graves às partes.

Destaca o promotor Melo⁷¹, em seu artigo, “A Indústria de Processos Judiciais”, que: “É verídica a conclusão do CNJ de que, apesar da “Reforma do Judiciário e Processual”, não houve mudanças significativa na quantidade de

⁷⁰. *Idem. Ibidem*, pp. 34-5

⁷¹. MELO, André Luís Alves de. **A Indústria de Processos Judiciais**. In: Revista Jurídica Consulex. **Crescimento e Meio Ambiente**. nº 256, 15.09.07, p. 36.

processos ajuizados em todo o país; no entanto externar as obscuras causas.” Afirmado que: “[...]. Todavia não há interesse do setor jurídico na redução da quantidade de processos, afinal, a “máquina jurídico-burocrática” sobrevive à custa deles.”

Melo⁷² evidencia que o jurisdicionado sofre o restringimento, quando em busca da tutela dos seus direitos, em um órgão que monopolizou os meios.

A verdade é que o pobre não tem muito que pedir em juízo. Ainda assim, diz-se que é preciso criar um órgão de defesa do carente judicialmente, porém, comandado e dirigido por uma elite classista e corporativista. E o bacharel nem Direito acredita que isso é justiça, afinal, se movimenta a máquina judicial e o meio jurídico, acaba lucrando. O acesso ao meio (Judiciário) tornou-se mais importante que o fim (acesso ao direito). Ou seja, o sistema jurídico coloca-se numa posição de monopólio de acesso à Justiça, que inexistente, pois o importante deveria ser o acesso ao direito. Aliás, é fácil acessar o Judiciário, o difícil é sair do labirinto processual e da burocracia.

É certo que a morosidade brinda tão somente a impunidade, neste sentido Beal⁷³ expõe que: “O segundo fruto podre gerado pela morosidade do Poder Judiciário chama-se impunidade. E dela a nossa sociedade transborda por todos os lados. A impunidade realimenta novos delitos, novos crimes e novas transgressões à lei. A demora na solução dos conflitos transforma-se em prêmio ao caloteiro, ao safado, ao corrupto. De tão raro de se ver um empresário sonegador ou um criminoso de “colarinho branco” condenado, quando isso acontece vira manchete nacional de tão fantástico.”

Beal⁷⁴ afirma que em virtude da morosidade do Judiciário, pode acontecer instabilidade jurídica:

O represamento de processos também gera uma péssima consequência a que se dá o nome de instabilidade jurídica. Entende-se isso como uma insegurança ao direito do cidadão, porque enquanto alguns são atendidos por decisões judiciais, outros não são beneficiados por sentenças, por maiores que sejam seus direitos. A lei existe, o direito existe, mas não se tornam efetivos por causa da morosidade. Seria, às vezes, preferível ao cidadão uma sentença injusta, mas rápida, do que nenhuma sentença ou uma sentença justa e correta, mas tardia. Porque a Sentença injusta ou errada possibilita recurso à instância superior que vai, com certeza,

⁷². *Op. Cit.*, p. 37.

⁷³. BEAL, Flávio. **Morosidade da Justiça = Impunidade + Injustiça**. – Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006, p; 179.

⁷⁴. *Op. Cit.*, p.193-4.

modificá-la e recolocar as coisas no devido lugar. A demora, ao contrário, nem essa possibilidade permite.

Com instabilidade jurídica não existe democracia nem, Estado de direito. Esta insegurança atinge também a sociedade como um todo, as suas atividade, as suas organizações, trazendo riscos para a existência do próprio Estado e da sociedade.

Silva⁷⁵ comenta que o Estado é responsável pela ordem social e promotor da dignidade da pessoa humana, e que não deve se eximir de suas obrigações com argumentos não condizentes:

Ao Estado, figura de direito público instituída para garantia da ordem social e promoção da dignidade da pessoa humana, não cabe a utilização de argumentos tendenciosos a retirar-lhe a responsabilidade pela má administração da justiça. Portanto, o dano causado ao jurisdicionado pela falta de celeridade na prestação jurisdicional merece – e deve – conhecer o respectivo ressarcimento pelo Estado que, sem sombra de dúvidas, é o responsável pela distribuição da justiça.

Portanto, diante da morosidade estatal, em atender as ações demandadas pelos jurisdicionados, pode-se falar de indenização em conseqüências do sofrimento destes, pois, quando o jurisdicionado procura a Justiça para resolver os seus conflitos, espera que sejam rapidamente solucionados, celebra Silva⁷⁶:

Destarte, em decorrência da lentidão processual, os danos causados às vítimas da máquina estatal, deverão ser devidamente reparados, sendo certo que, tanto, nos termos do parágrafo 6º do artigo 37 da CF, a apuração da responsabilidade do Estado deverá seguir as diretrizes da teoria do risco administrativo – prescindindo-se a demonstração de culpa – vale dizer, dizer, disposição de cunho objetivo.

Em relação à teoria objetiva, da responsabilidade civil do Estado, atualmente tem-se o seguinte entendimento⁷⁷:

[...] A teoria hoje dominante é a objetiva, bastando haver uma relação de causalidade entre o ato prejudicial e a administração. Do ponto de vista objetivo, três teorias de destacam: a da culpa de serviço, falta de serviço ou culpa administrativa, na qual a vítima tem de demonstrar a existência de uma falta objetiva da administração (defeito ou mau funcionamento do serviço público); a do risco administrativo, na qual a vítima apenas demonstra a existência do ato injusto causado pelo poder público; [...].

⁷⁵. *Idem. Ibidem*, p. 131.

⁷⁶. *Idem. Ibidem*, p. 148.

⁷⁷. SOIBELMAN, Leib. **Enciclopédia Jurídica Eletrônica**. Versão 3.0. – Rio de Janeiro: Elfez.

5.1. TRAMITAÇÃO DE PROJETOS

Muito se tem debatido sobre a diminuição das férias dos magistrados, a advogada Folgosi⁷⁸, em referencia ao deputado federal, Magalhães Teixeira, menciona que no ano de 1991, ele apresentou uma proposta legislativa em que diminuía não só o recesso parlamentar - matéria que também vez ou outra vem à tona - como as férias forenses e, a exemplo do que ocorrem com todos os demais trabalhadores, estabelecia as férias individuais dos juízes em apenas 30 dias.

Ademais, cabe observar, que a Reforma do Judiciário, ainda quando, na forma de Projeto, continha no bojo do texto original, a redução das férias dos juízes, para trinta dias, porém, não se sabe o porquê, tal texto fora retirado, continuando as férias dos senhores juízes pelo prazo de 60 dias, ao ano.

O presidente da OAB do Rio de Janeiro, Damous⁷⁹, considera "indevido e um privilégio" o magistrado brasileiro ter, ao contrário da maioria da classe trabalhadora, dois meses de férias por ano. Damous apoia o projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que reduz de 60 para 30 dias o período de férias dos juízes e membros dos tribunais federais:

Férias dobradas é uma injustiça e fere a imagem do Judiciário perante à sociedade, principalmente porque o Poder Judiciário é um prestador de serviço público, e o serviço prestado à população ainda é muito precário.

O senador do Partido dos Trabalhadores, Suplicy⁸⁰ apresentou o projeto de lei (PLS 374/2007-Complementar) que reduz as férias dos juízes de 60 para 30 dias. A matéria, que se encontra em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda a designação de relator, altera o artigo 66 da Lei Complementar nº 35/79 que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

⁷⁸ FOLGOSI, Rosoléa M. **A Reforma do Judiciário e as Férias dos Juízes**. Disponível em: <http://72.14.209.104/search?q=cache:plMfL799RAEJ:www.aba.adv.br/index.php%3Faction%3Dverartigos%26idartigo%3D50+%22F%C3%89RIAS+DOS+JUIZES%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=7&gl=br>. Acesso em 07/05/2007.

⁷⁹ DAMOUS, Wadih. **Redução de férias dos magistrados**. Disponível em: <http://www.oab-rj.org.br/index.jsp?conteudo=3509>, Acesso em 17/08/2007.

⁸⁰ SUPLICY, Eduardo M. **PLS 374/2007. Trata da redução das férias dos Magistrados**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=64984&codAplicativo=2¶metros=redu%C3%A7%C3%A3o+das+f%C3%A9rias+dos+ju%C3%ADzes>. Acessado em 20/02/2008.

Suplicy⁸¹, em sua justificativa ao projeto de Lei, lembra que os juízes gozam de muitos privilégios, não havendo o porquê das férias de sessenta dias:

[...], além de seus dois meses regulares de férias, usufruem atualmente de 32 dias de feriados próprios, que não fazem parte dos nacionalmente estabelecidos. Entre esse período suplementar de descanso, estão 17 dias corridos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, que não são computados no tempo de férias normal.

Argumenta ainda, o Senador que: *"boa parte da morosidade nos trabalhos forenses"* pode ser atribuída aos poucos dias úteis de trabalho, principalmente dos magistrados e, na sequência, dos servidores, e que:

A ausência do Juiz, assim como do servidor, no local de trabalho, emperra a sequência das atividades. Suas presenças são necessárias e fundamentais para a pronta prestação jurisdicional quanto à quantidade e qualidade, mais que a cobrança sistemática de estatísticas de produtividade. Isso tem redundado em queixas constantes da tardia prestação jurisdicional, onde se chega a comentar que hoje o problema não é mais de acesso à Justiça, mas da obtenção da prestação jurisdicional que torne o pleito efetivo em tempo hábil.

A juíza Hess⁸², em sua obra, faz um pequeno comentário sobre a redução das férias dos magistrados: "Há discussão se deve ser inserida na PEC 29/2000 a questão da redução das férias individuais (60 para 30 dias)", que fazia parte dos projetos a Emenda Constitucional 45/04, porém, ela destaca que, "Toda essa matéria seria melhor detalhada em Lei Complementar da Magistratura Nacional", Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional desde 1992 (Projeto da LOMAN – PLP 144/92). Porém, até os dias atuais não foi votado.

Há de convir que está na hora de mudar este quadro de privilégio, com a aprovação do Projeto de Lei do senador Suplicy, que trata especificamente sobre a mudança do dispositivo, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, em específico, da redução das férias dos magistrados, de sessenta para trinta dias, como os demais servidores, dos próprios tribunais.

Foi aprovado na Câmara Federal, no dia 10 de janeiro de 2008, e encontra-se, em tramitação no Senado, o Projeto de Lei 1040/07, do deputado federal

⁸¹. *Op. cit.*

⁸². HESS, Heliana Maria Coutinho. **Acesso à Justiça por Reformas Judiciais**. – Campinas: Millenium, 2004, p. 125-6.

Oliveira⁸³ (PSC-SP), cuja proposta, prevê mudanças, no parágrafo único, do art. 538 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. Se aprovado pelo Senado, a matéria passará a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. “Quando manifestamente protelatórios os embargos, o juiz ou tribunal, declarando que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa. Na reiteração de embargos protelatórios, a multa é elevada a até 20% (vinte por cento), ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo.”

O deputado Oliveira⁸⁴ justifica que: “se aprovado sua proposta, com a elevação da multa, para os casos protelatórios, espera reduzir a “litigância de má-fé”, como é chamada no Direito as manobras para retardar o andamento do processo, ou seja, recursos, que prejudicam a prestação jurisdicional, bem como, sobrecarregam o trabalho do Judiciário.”

Outro projeto que se encontra em tramitação, já aprovado na Câmara Federal, com o fim de dar maior celeridade a justiça, é o Projeto de lei 37/2007, de autoria do deputado André de Paula⁸⁵ (DEM-PE), que prevê a nomeação de um juiz substituto, se o titular demorar muito a julgar uma ação.

Objetivando, ainda mais, a celeridade e transparência da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça⁸⁶ está implantando o sistema de acompanhamento das Justiças Estaduais, o Programa “A Justiça aberta”, onde estima-se, que dentro de dois meses, qualquer cidadão poderá acompanhar, pela internet, todas as informações das Justiças Estaduais de 1º Grau.

O Sistema disporá de cadastro e acompanhamento da produtividade dos Magistrados de 1º Grau dos Tribunais de Justiça dos Estados. Tal programa alcançará até o final do primeiro semestre de 2008, as Justiças Federal e do

83. BRASIL. Câmara dos Deputados. OLIVEIRA, Regis de. **PL-1040/2007. Trata de Multa para Recursos protelatórios.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk=109932>. Acessado em: 25/02/2008.

⁸⁴. *Op. Cit.*

⁸⁵. BRASIL. Câmara dos Deputados. PAULA, André de. **PL 37/07: prevê a nomeação de um juiz substituto, se o titular demorar muito a julgar uma ação.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp?selecao=MAT&velocidade=100k&Materia=60389>. Acessado em 28/02/08.

⁸⁶. **Rondônia, Tribunal de Justiça. Sistema de Acompanhamento das Justiças Estaduais.** Disponível em: <http://www.tj.ro.gov.br/noticia/viewMateria.jsp?cdDocumento=9466&tpMateria=2>. Acessado em: 01/03/08

Trabalho de 1º Grau, bem como todos os desembargadores (estaduais, federais e do trabalho).

No *site* da Corregedoria Nacional de Justiça será possível saber a situação de cada vara, salientou o ministro Rocha⁸⁷, quando na implantação do sistema de acompanhamento das Justiças Estaduais, no Tribunal de Justiça em Rondônia, que:

O sistema de cadastro de acompanhamento das Justiças Estaduais de 1º Grau compõe-se de duas fases. Na primeira, em dez dias, as corregedorias-gerais dos tribunais de Justiça dos Estados preencherão um cadastro com as denominações das serventias/secretarias judiciais com informações como a denominação da serventia/secretaria; a competência do juízo (se é Cível e da Fazenda Pública, por exemplo); nome do juiz titular; nome do responsável pela secretaria; endereço postal e eletrônico e número de servidores. Na segunda etapa, que deve começar em dez dias, cada magistrado fará a alimentação de dados das secretarias judiciais, mensalmente, fornecendo informações sobre o acervo total de processos existentes na serventia/secretaria (no fim do mês de referência); os processos tombados (total distribuído para a serventia/secretaria); despachos, decisões e sentenças (sem julgamento de mérito, com julgamento de mérito e homologatórias de acordo); processos cujos autos foram remetidos aos tribunais no mês de referência; total de audiências marcadas e realizadas; total de feitos arquivados definitivamente e número de autos conclusos ao juiz para sentença há mais de cem dias.

Essas informações serão centralizadas no site da Corregedoria Nacional de Justiça, na página do Conselho Nacional de Justiça, e poderão ser acessadas por qualquer pessoa.

A previsão do ministro é que, assim que os dados começarem a alimentar o sistema e que sejam feitos os ajustes necessários, o acesso aos dados possa ser liberado.

No sentido de dar cumprimento aos princípios constitucionais almejado pela Emenda Constitucional nº 45/04, tem-se feito muitas ações, que podendo-se destacar também, a iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, na implantação do “Movimento pela Conciliação”, vislumbrando dar ao Judiciário celeridade e eficiência, bem como, a pacificação social, conforme declarações da ministra Ellen Gracie⁸⁸, na abertura da Semana Nacional da Conciliação, em Minas Gerais: “a conciliação permitirá alcançar no futuro uma sociedade menos litigiosa em que o Estado somente intervenha diante da impossibilidade de composição e de acordo”.

Ainda, no âmbito do “Movimento pela Conciliação”, que tem treinado conciliadores e multiplicadores no Brasil, em um dos Cursos realizados, no Rio

⁸⁷. *Idem. Ibidem.*

⁸⁸. Brasil. Conselho Nacional de Justiça. **Conciliação visa alteração cultural**. Disponível em: <http://www.cnj.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3517&Itemid=167>. Acessado em 05/03/08.

Grande do Sul, foi destacado a valorização do jurisdicionado⁸⁹: "Nosso objetivo é que cada vez mais a gente consiga fazer uma conciliação tão boa que o jurisdicionado se sinta realmente valorizado, prestigiado", diz o juiz Bacellar. [...] O juiz André Gomma ressalva que é necessário usar as técnicas adequadas:

[...] De fato, o conflito pode ser visto também como uma oportunidade para crescimento pessoal e aperfeiçoamento das relações sociais. Contudo, para que isso ocorra é fundamental que se utilizem técnicas autocompositivas apropriadas", diz. "Pesquisas têm indicado que para o sucesso de um programa de conciliação - isto é, satisfação plena do jurisdicionado - faz-se necessário o adequado planejamento de programa de conciliação com técnicas autocompositivas e o direcionamento de pesquisas de satisfação de usuário."

5.2. CONSEQÜÊNCIAS DECORRENTE DAS FÉRIAS DOS JUÍZES

O que se está discutindo é as conseqüências advindas das férias dos magistrados, em relação aos jurisdicionados de modo imparcial, sem atentar a pessoa, é certo que sessenta dias de férias concedidas aos magistrados trazem prejuízos tanto ao advogado como as partes, em virtude desse benefício causar demora às soluções dos conflitos.

No estudo feito pela advogada paulista Folgosi⁹⁰, apura-se:

Faltam tribunais, faltam juízes, faltam servidores. E os processos se arrastam. A reforma do Judiciário recém promulgada procurou meios para dar celeridade à Justiça brasileira e, com isso, dar concretude ao direito público subjetivo, do jurisdicionado, à celeridade processual - o direito "à razoável duração do processo". [...] Se em vez de 60 dias de férias os juízes passassem a ter 30 dias, teríamos um acréscimo de 3.333 juízes trabalhando a cada mês [...] nada impede que, por lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal venha a ser alterada a Lei Orgânica da Magistratura (Loman), restringindo as férias anuais. Essa idéia - junto com outras mais, discutidas no âmbito da reforma do Judiciário - poderá minorar o problema da Justiça brasileira no que diz respeito à falta de juízes para desafogar o número imenso de processos.

O advogado Nóbrega⁹¹ publicou um artigo, em que expõe:

⁸⁹. Brasil. Conselho Nacional de Justiça. **Treinamento em Porto Alegre busca melhorar conciliação**. Disponível em: <http://www.cnj.gov.br/index.php?Itemid=167&id=3182&option=com_content&task=view>. Acessado em: 05/03/08.

⁹⁰. *Op. Cit.*

⁹¹. NÓBREGA, Ailton Rocha. **Férias dos juízes e funcionamento do Judiciário**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 193, 15 jan. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=473>>. Acessado em: 07/06/07.

O debate, todavia, não pode ficar restrito a uma condição meramente corporativa, como se estivesse a sociedade exigindo de um trabalhador excessivamente atarefado o aumento da sua jornada de trabalho diária e submetendo-o a uma condição impossível. É mais profunda a questão proposta. Trata-se, em verdade, de exigir a formulação de soluções que se prestem a ofertar uma *resposta mais objetiva* ao cidadão cansado de esperar e desanimado com a falta de resposta aos seus pedidos que tramitam por longos e intermináveis períodos de tempo pelo Judiciário.

5.2.1. Em face dos Jurisdicionados

O jurisdicionado é a figura mais importante no processo, entretanto, também é a mais prejudicada em virtude do abarrotamento processual, que resulta na morosidade da tramitação dos processos.

Barbosa⁹² ensina:

Não sejais, pois, desses magistrados, nas mãos de quem os autos penam como as almas do purgatório, ou arrastam sonos esquecidos como as preguiças do mato.

Não vos pareçais com esses outros juizes, que, com tabuleta de escrupulosos, imaginam em risco a sua boa fama, se não evitarem o contato dos pleiteantes, recebendo-os com má sombra, em lugar de os ouvir a todos com desprevenção, doçura e serenidade.

[...]

Magistrados futuros, não vos deixeis contagiar de contágio tão maligno. Não negueis jamais ao Erário, à Administração, à União, os seus direitos. São tão invioláveis, como quaisquer outros. Mas o direito dos mais miseráveis dos homens, o direito do mendigo, do escravo, do criminoso, não é menos sagrado, perante a justiça, que o do mais alto dos poderes. Antes, com os mais miseráveis é que a justiça deve ser mais atenta, e redobrar de escrupulo; porque são os mais mal defendidos, os que suscitam menos interesse, e os contra cujo direito conspiram a inferioridade na condição com a mímica nos recursos.

O professor Alves⁹³ expõe que a conduta de improbidade de membros do Judiciário e Ministério Público, prejudica consideravelmente o cidadão, com os seguintes dizeres:

Não se pode, por fim, desprezar a conduta, ainda que minoritária, de magistrados que sentam em cima dos autos. (O número, em proporção, pode ser insignificante, mas as consequências, para o desprestígio da

⁹². *Idem, Ibidem*, p. 74-6.

⁹³. ALVES, Léo da Silva. **Reforma do Judiciário a Solução que não vem**. In: Revista Consulex. **A quem interessa a morosidade da Justiça**. Ano VII, nº 167, 30/12/03. (Multimídia).

magistratura, são expressivas). Ou de membros do Ministério Público que ficam um ano com os autos para emitir um parecer que é meramente formal. E, às vezes, por ironia do destino, o mérito da causa – o que está em julgamento – é a improbidade de um funcionário que, nos termos do art. 11, II, da Lei nº 8.429/92, teria retardado um dever de ofício. [...] Alguns, magistrados ou agentes do MP, parecem desconsiderar que, por baixo da capa do processo, há um patrimônio, uma honra, uma liberdade ou uma vida em jogo. Um cidadão, por exemplo, misturado a outros réus numa denúncia em processo-crime, aguarda há anos a decisão que o absolva.

O juiz Cardoso⁹⁴ declarou que para tornar as coisas mais difíceis o Conselho Nacional de Justiça concedeu recesso de dezessete dias aos magistrados estaduais:

Para azedar ainda mais o relacionamento magistrados/usuários, o Conselho Nacional de Justiça, órgão recém-criado, concedeu recesso de 17 (dezessete) dias, benefício não pleiteado pelos magistrados estaduais, apesar de desfrutado na área federal desde o ano de 1966, através da Lei n. 5.010/66. O descanso de festas de fim de ano prejudica o direito do consumidor dos serviços judiciários; nivela o direito por baixo, quando generaliza vantagem auferida pelos tribunais superiores e pela justiça federal. Aliás, a lei indicada concede descanso de (05) cinco dias durante a semana santa, estipula o número total de 32 (trinta e dois) feriados, perfazendo 92 (noventa e dois) dias, incluídas as férias de dois meses; soma-se com a licença prêmio de 90 (noventa) dias a cada cinco anos de trabalho, significando mais 06 (seis) dias/ano, totalizando 98 (noventa e oito) dias, tempo que o magistrado fica fora de suas atividades no curso de cada ano de trabalho.

Em razão da morosidade do Judiciário, as conseqüências atingem a toda sociedade, em geral. Nesse sentido, Beal⁹⁵ torna evidente em suas palavras que a sentença morosa, se torna injusta, destacando que quem ganha com isso é o réu:

A primeira principal e mais tenebrosa conseqüência da morosidade da Justiça é o seu oposto: a Injustiça. O cidadão cumpridor de seus deveres, ao ver seu direito lesado, recorre ao Poder Judiciário acreditando ver reparado o dano sofrido num prazo máximo de dois anos. Ninguém procura o judiciário para ver seu direito reconhecido em 5, 10 ou até 20 anos depois. Sempre acredita que sua demanda, por ser justa, será vitoriosa judicialmente num curto espaço de tempo. Não poderá ele aguardar tanto tempo para ter uma sentença depois de investir em custas processuais, advogado defensor, provável perícia, oficial de justiça e outras despesas. Quem na realidade saiu vencedor, mesmo quando chega a indenizar a outra parte, foi o réu, pois a morosidade processual na aplicação da Justiça, só lhe trouxe benefícios. Num período longo, o autor pode desistir do processo por desilusão com a demora, e o réu pode dispor de seus bens vendendo-os ou escondendo-os para não servirem de garantia à execução. A lei considerada fraude à execução apenas quando o réu age

⁹⁴. CARDOSO, Antonio Pessoa. **Férias dos Magistrados**. Disponível em: <http://www.amb.com.br/portal/index.asp?secao=artigo_detalhe&art_id=225>. Acessado em: 07/03/07.

⁹⁵. *Op. cit.*, pp. 177-8.

após a citação no processo de execução. As ações preparatórias e o processo de conhecimento não contam absolutamente nada. Isso é justo?

Conclui-se que o maior prejudicado, em razão de uma Justiça morosa é o jurisdicionado, que sofre com efeitos danosos nas áreas financeira e emocional. Desta forma, salienta-se que as férias dos juízes contribuem para essa morosidade.

5.2.2. Em face dos Advogados

Os advogados dispõem do instituto do substabelecimento, ou seja, transfere para outro advogado o encargo recebido, dessa forma não sofrem tanto com a questão da morosidade do judiciário, bem como, à sua adequação ao fim das férias coletivas, entretanto, uma vez que vivem do ofício processual, tal demora causa ônus a ambos, a parte e ao advogado.

Nas férias coletivas, tanto magistrados como advogados se programavam para descansar, todavia, os fóruns permaneciam recebendo ações e quando os juízes retornavam, encontravam grande acúmulo de processos para serem iniciados ou prosseguidos, considerando que os juízes substitutos não davam conta dos trabalhos.

O Senado Federal, no intuito de beneficiar, principalmente os advogados, aprovou o projeto de lei nº 06/07⁹⁶, que suspende os prazos e audiências entre 20 de dezembro a 6 de janeiro, instituindo, com tal diploma, as chamadas férias dos advogados.

O projeto é de iniciativa da OAB do Rio Grande do Sul⁹⁷, que o encaminhou ao deputado federal Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), onde se pedia a criação de uma lei possibilitando férias para os advogados. Tal projeto foi aprovado em março de 2007, pela Câmara Federal e encaminhado ao Senado, este por sua vez, com

⁹⁶. **Senado aprova o projeto de lei que suspende prazos e audiências entre 20 de dezembro e 6 de janeiro.** Disponível em: <http://www.jornaldaordem.com.br/noticia_ler.php?idnoticia=9089>. Acessado em: 02/02/08.

⁹⁷. *Op. cit.*

algumas alterações, também aprovou-o, que retornou para Câmara para ser novamente votado e que, se aprovado, irá para sanção presidencial.

Após a aprovação do projeto pelo Senado, o advogado Lamachia⁹⁸, presidente da OAB-RS, explanou: *"Não é totalmente como nós gostaríamos, mas já é um começo e o reconhecimento à batalha política que nosso grupo sustentou desde outubro do ano passado, quando ainda éramos postulantes à presidência da OAB gaúcha"*

Pode-se dizer que os advogados além do instituto do substabelecimento conseguiram mais uma vitória.

5.3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL NA JUSTIÇA DE RONDÔNIA

A título de exemplificação dispõe-se para melhor compreensão, dados gerais das demandas processuais no Estado de Rondônia.

5.3.1. Estatística geral em primeira instância

O demonstrativo⁹⁹ abaixo extraído do site do Tribunal de Justiça de Rondônia, estatística da Corregedoria, mostra a realidade do Judiciário desse Estado, na esfera de 1ª instância, desde o ano de 1990 a 2006.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA PRODUTIVIDADE EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

ANO	PROCESSOS			EM ANDAMENTO
	DISTRIBUÍDOS	RESOLVIDOS¹		
1990	32.307	29.469	91,22%	78.111
1991	38.803	32.564	83,92%	84.350
1992	36.975	38.608	104,42%	82.717
1993	36.569	45.565	124,60%	73.721
1994	46.551	42.743	91,82%	77.529

⁹⁸. LAMACHIA, Cláudio. **Senado aprova o projeto de lei que suspende prazos e audiências entre 20 de dezembro e 6 de janeiro**. Disponível em: <http://www.espacovital.com.br/noticia_ler.php?idnoticia=9333>. Acessado em: 02/02/08

⁹⁹. Rondônia, Tribunal de Justiça de. **Corregedoria - Estatística**. Disponível em: <<http://www.tj.ro.gov.br/admweb/view.jsp?id=d13a17eb-b29b-49d8-9f94-4c342ddd96e4>>. Acessado em: 02/02/08.

1995	53.873	41.339	76,73%	90.063
1996	67.049	64.865	96,74%	92.247
1997	73.106	71.146	97,32%	94.207
1998	87.635	85.581	97,66%	96.261
1999	100.100	94.093	94,00%	102.268
2000	107.127	105.448	98,43%	103.947
2001	130.972	112.721	86,06%	122.198
2002	155.347	140.373	90,36%	137.172
2003	153.536	143.501	93,46%	147.207
2004	162.065	155.237	95,79%	154.035
2005	199.430	180.600	90,56%	172.865
2006	208.316	196.056	94,11%	185.125
TOTAL	1.689.761	1.579.909	93,50%	
DEMANDA³	544,80%			
PRODUTIVIDADE³		565,30%		
ESTOQUE³				137,00%
Obs¹.: O percentual dos resolvidos é calculado através dos processos resolvidos sobre os processos distribuídos.				
Obs².: Média Anual de processos resolvidos nos 16 anos compreendidos entre 1990 a 2006.				
Obs³.: A demanda, a produtividade e o estoque referem-se a evolução de 1990 a 2006.				

No primeiro grau de jurisdição¹⁰⁰, 185 mil processos passaram de 2006 para 2007, ano em que foram iniciados mais 143 mil processos e julgados 134 mil. Atualmente, cerca de 200 mil processos estão em andamento.

Observa-se no demonstrativo anterior que a cada ano os processos vêm aumentando, isto se dá, em virtude da carga de trabalho dos magistrados que sequer dá para suprir a demanda, ou seja, o montante que entra é maior que o número de processos que são resolvidos, sobrando um saldo para o ano seguinte.

O acúmulo de processos gera demora no escoamento processual, nesse sentido, Beal¹⁰¹ faz a seguinte observação:

Trata-se de mais uma consequência da morosidade do poder judiciário, que vai se realimentando continuamente e gerando um círculo vicioso: quanto mais demorada for a solução do conflito, menos processos chegarão ao seu final e mais ações darão entrada nos cartórios de

¹⁰⁰. Rondônia, Tribunal de Justiça de. **Retrospectiva: Biênio 2006/2007**. Disponível em: <http://www.tj.ro.gov.br/ccom/imagens2007/dezembro/retro_tjro2006_2007/Relatoria%20de%20Gestão%202006_2007%20-%20Moreira%20Chagas.ppt>. Acessado em: 01/02/08.

¹⁰¹. *Idem. Ibidem*, p. 193-4

distribuição. Isso vai ampliando o tamanho das pilhas de processos que por sua vez, infalivelmente provocarão mais demora no caminho processual. Sem mencionar a necessidade de novos espaços físicos com novas estantes para a guarda e movimentações dos autos processuais e mais funcionários para movimentá-los de um lado para o outro.

O fato é que, embora a demanda de processos e os que encontram-se em andamento, não signifiquem tanto em relação a nível nacional, o ministro Rocha¹⁰², Corregedor Nacional de Justiça, afirma: "Hoje, não se sabe com precisão quantos processos tramitam no Judiciário brasileiro". [...] "Estima-se que sejam 60 milhões no total e que 21 milhões de ações ingressam a cada ano em toda a Justiça".

Está faltando interesse dos magistrados para resolver o problema da demora processual, já que estes estão apenas cumprindo metas estipuladas pelo tribunal, e esse fato se observa que desde 1996, o número de processos resolvidos é constante, não havendo muita diferença mesmo após a Reforma do Judiciário.

Atualmente o Judiciário do Estado de Rondônia¹⁰³, dispõe de 89 varas judiciais, 22 Comarcas e 107 juízes distribuídos nas várias entrâncias.

5.3.2. Estatística geral em segunda instância

Em relação ao 2º grau de jurisdição, observa-se com Estatística Processual do Tribunal de Justiça de Rondônia¹⁰⁴, que antes da efetivação das normas constitucionais, trazidas pela Reforma do Judiciário, os processos resolvidos eram menor que a demanda, ficando sempre uma quantia em prosseguimento para o ano posterior.

Entretanto, após a Reforma do Judiciário, com as medidas tomadas pela Emenda Constitucional 45/04, a partir de 2006, ano que as normas trazidas pela Emenda se efetivaram, houve aumento considerável do número de processos

¹⁰² Rondônia, Tribunal de Justiça. **Sistema de Acompanhamento das Justiças Estaduais**. Disponível em:

<<http://www.tj.ro.gov.br/noticia/viewMateria.jsp?cdDocumento=9466&tpMateria=2>>. Acessado em: 01/03/08.

¹⁰³ Rondônia, Tribunal de Justiça. Magistrados do Poder Judiciário do Estado de Rondônia por ordem de antiguidade e entrância. Disponível em: <<http://www.tj.ro.gov.br/admweb/view.jsp?id=-465138740>>. Acessado em: 01/03/08.

¹⁰⁴ Rondônia, Tribunal de Justiça. Secretária Judiciária. **Estatística Processual do Tribunal de Justiça**. Enviado em 10/03/2008.

resolvidos, em relação à demanda, sendo resolvidos, mais de 4% dos que se encontravam em andamento.

Segundo o Desembargador Moreira Chagas¹⁰⁵, durante o biênio 2006-2007: “Na justiça de segundo grau, quase 20 mil processos foram recebidos e distribuídos no biênio 2006 - 2007. Mais de 100 % dos processos foram julgados, levando em conta o estoque de pouco mais de quatro mil processos vindos do biênio anterior, eliminando desta forma 84% da carga total de trabalho recebida para julgamento”.

Diante desse quadro, mesmo o Tribunal trabalhando atualmente em carga máxima dando conclusão ao montante demandado, sobrarão ainda os remanescentes vindo dos anos anteriores, que hoje encontram-se em tramitação.

Deve-se atentar também, que a demanda do Tribunal de Justiça, 2º grau de jurisdição equivale a pouco menos de 6% da demanda do 1º Grau de Jurisdição, atentando, também para o fato, que atualmente o Tribunal de Justiça esta composto por 17 desembargadores, isso equivale, em relação ao 1º grau de jurisdição um percentual de 15,87% do número de juízes.

ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA			
	DISTRIBUÍDOS	JULGAMENTOS	EM ANDAMENTO
2004	6.971	5.802	2990
2005	8.430	6.784	4660
2006	10.954	11.550	4164
2007	12.226	12.580	3886
TOTAL	38.581	36.716	
Fonte: SAP 2º Grau			

Embora o desembargador do Tribunal de Justiça de Goiás, Silva¹⁰⁶ mencione: “[...] a Lei Orgânica da Magistratura Nacional determina, que além de 300 julgados por ano por desembargador, é permitida a criação de novos cargos”. A observação do dispositivo desta Lei, engessa mais ainda o Tribunal, uma

¹⁰⁵ Rondônia, Tribunal de Justiça. **Retrospectiva: Biênio 2006/2007- Tribunal de Justiça de Rondônia**. Disponível em http://www.tj.ro.gov.br/ccom/imagens2007/dezembro/retro_tjro2006_2007/Relatoria%29de%Gestao%202006_2007%20-%20Moreira%20Chagas.ppt. Acessado em: 01/02/08.

¹⁰⁶ SILVA, Antônio Nery da. **Judiciário Goiano vem superando as dificuldades**. In: Revista Consulex. **A quem interessa a morosidade do Judiciário**. Ano VII, nº 167/03. (Multimídia).

vez que na época da criação da mencionada Lei, os meios utilizados para dá andamento eram poucos. Atualmente vivemos no mundo tecnológico, fazendo com que as coisas se tornem mais rápida e eficiente.

Observa-se que os Tribunais não expõe sua produtividade, para sociedade, deixando manifesto, falta de transparência. Neste sentido, Dalari¹⁰⁷ menciona que:

Não há duvidas, também, que as cúpulas judiciárias se encastelaram em feudos bem protegidos, criando a possibilidade de deslizes éticos e descumprimento de deveres funcionais com a proteção dos pares, que chega a ser cumplicidade, o acobertamento das faltas, sob pretexto de que a publicidade seria desmoralizante para o judiciário, e garantia de impunidade, uma vez que os corregedores gerais só exercem vigilância sobre juízes de primeira instância.

Embora, tenha-se notado melhoras na produtividade do Tribunal de Justiça de Rondônia, deve-se atentar que o número de processo em andamento é alto, e que se continuarem nesse ritmo de trabalho, conseguirá concluir o fechamento de tais processos, no prazo de 24 anos. Necessitando ainda de mudanças para resolver esse grande problema em menor tempo.

¹⁰⁷. DALLARI, Dalmo de Abreu. **A hora do Judiciário**. In: KREBS, Fernando Aurvalle (Org) et al. **A Reforma do Poder Judiciário**. 1. ed, 4. tir. – Curitiba: Juruá, 2003, p. 11.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, conclui-se que certamente o jurisdicionado sofre grandes perdas em face da morosidade do judiciário, sendo levantado neste trabalho.

O excesso de férias concedidas aos magistrados, desponta como uma das causas.

Pode-se dizer, por serem agentes políticos, os magistrados gozam de tal prerrogativa, tal como os agentes políticos do Poder Legislativo, que gozam de melhores privilégios, pois tem aproximadamente três meses de recesso parlamentar, além de freqüentarem as Casas de Leis, somente três dias durante a semana.

Todavia, a justificativa de ser agente político é absurda, além do que, os parlamentares não prestam serviço direto a população, diferente dos Poderes Executivos e Judiciários.

Justificam os parlamentares, que durante tais períodos estão fazendo estudos de casos, junto à população, com objetivos de levantarem projetos de leis em prol da sociedade.

Já os magistrados são regidos pelo princípio da inércia, pois não agem, caso alguém não os procurem, ficarão parados de braços cruzados, restando,

portanto que não há justificativas plausíveis para esse privilégio de sessenta dias de férias.

Tal privilégio, além de trazer prejuízos ao jurisdicionados, também afronta princípios constitucionais, ou seja, o Princípio da Igualdade, uma vez que lei não deve ser usada como fonte de privilégios, mas instrumento que regula a vida social que necessita tratar equitativamente todos os cidadãos. Indo de encontro, também, ao princípio da celeridade processual, ora erigido pela Constituição da República, acrescido pela Emenda Constitucional 45/04.

Cabe salientar que tal regalia concedida aos magistrados são resquícios da ditadura militar. Sendo assim, é o momento de se desvencilharem dos resquícios ditatoriais, uma vez, que não é justo e estamos diante de um Estado Democrático de Direito.

Deve-se evidenciar, que o jurisdicionado é a parte principal no processo, e não o magistrado ou advogado, estes são os meios, que o jurisdicionado tem para buscar o seu direito.

Ademais, vez que, o jurisdicionado, dependendo da duração do tempo da decisão do magistrado, em dizer o direito, este já não terá mais tanta valia.

É certo que até agora não foi aprovado a diminuição das férias dos magistrados, em razão das leis brasileiras buscarem satisfazer uma sociedade burguesa, andando a passos de tartaruga para com as normas que favoreçam a sociedade como um todo.

A situação da Justiça do Estado de Rondônia, não está diferente dos demais entes da Federação, mesmo após a Reforma do Judiciário, por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, o Judiciário rondoniense, continua quase no mesmo ritmo de serviço, não houve mudanças consideráveis, deixando transparecer que cumprem somente metas, parece que falta-lhe interesse em resolver o problema da morosidade da Justiça.

Devendo-se considerar bem o detalhe, que tal prerrogativa de sessenta dias férias, sem uma justificativa plausível, fere princípios constitucionais, que são sustentáculos e dão direcionamento as normas jurídicas contida no sistema jurídico fundamental.

Portanto, conclui-se que as férias dos magistrados certamente trazem prejuízo aos jurisdicionados, caso não solucionem este problema, continuará o cidadão carregando um peso muito grande, quanto aos danos materiais e psíquicos, resultante da demora da solução de seus conflitos, ora demandado na Justiça.

Desta feita, mister se faz, que as férias dos magistrados seja reduzidas para 30 dias, como os demais servidores públicos, objetivando um judiciário mais célere, dando desta forma, cumprimento de normas constitucionais, instituídas pela Emenda Constitucional, que buscou reparar a falha da morosidade e abarrotamento processual na justiça.

REFERÊNCIAS

Almanaque Abril. **ALMANAQUE ABRIL 95: A ENCICLOPÉDIA EM MULTIMÍDIA**.
Abril, São Paulo, 1995

ALVES, Léo da Silva. **Reforma do Judiciário a Solução que não vem**. In: Revista Consulex. **A quem interessa a morosidade da Justiça**. Ano VII, nº 167, 30/12/03. (Multimídia).

BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. 8. ed – Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BASTOS, Antônio Adonias Aguiar. **O Direito fundamental à razoável duração do processo e a Reforma do Poder Judiciário: uma desmistificação**. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie et. al. (Coords). **Reforma do Judiciário de acordo com a EC n. 45/2004**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BEAL, Flávio. **Morosidade da Justiça = Impunidade + Injustiça**. – Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da Norma Jurídica**. 3. ed. rev. – Bauru, SP: EDIPRO, 2005.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 17. ed. atual. – São Paulo: Malheiros, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. OLIVEIRA, Regis de. **PL-1040/2007. Trata de Multa para Recursos protelatórios**. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk=109932>>. Acessado em: 25/02/08

_____. Câmara dos Deputados. PAULA, André de. PL 37/07: **prevê a nomeação de um juiz substituto, se o titular demorar muito a julgar uma ação.**

Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/default.asp?selecao=MAT&velocidade=100k&Materia=60389>>. Acessado em: 28/02/08.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº. 3, de 2005. Dispõe sobre as férias coletivas nos Juízos e Tribunais de 2º Grau e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.cnj.gov.br/pages/resolucoes.jsp>>.

Acessado em: 15/11/07.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 24, de 2006. Revoga o disposto no art. 2º da resolução nº3 do Conselho Nacional de Justiça.**

Disponível em: <<http://www.cnj.gov.br/pages/resolucoes.jsp>>. Acessado em: 15/11/07.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Conciliação visa alteração cultural.**

Disponível em:

<http://www.cnj.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3517&Itemid=167>. Acessado em: 05/03/08.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Treinamento em Porto Alegre busca melhorar conciliação.** Disponível em:

<http://www.cnj.gov.br/index.php?Itemid=167&id=3182&option=com_content&task=view>. Acessado em: 05/03/08.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do, (de 16 de julho de 1934). Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acessado em 01/03/08

_____. Lei 5010/66, **Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5010.htm>. Acessado em: 01/03/08.

_____. Procuradoria Geral da República. **ADI 3823: STF suspende férias coletivas de magistrados.** Disponível em: <<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/constitucional/adi-3823-stf-suspende-ferias-coletivas-de-magistrados/>>.

Acessado em: 15/11/2007.

_____. Senado Federal. SUPPLY, Eduardo Matarazzo. **PLS 374/2007**.

Trata da redução das férias dos Magistrados. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=64984&codAplicativo=2¶metros=redu%c3%a7%c3%a3o+das+f%c3%a9rias+dos+ju%c3%adzes>>.

Acessado em: 15/11/2007

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 6. ed. rev. – Coimbra: Almedina, 1993.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris, 1988.

CARDOSO, Antonio Pessoa. **Férias dos Magistrados**. Disponível em:

<http://www.amb.com.br/portal/index.asp?secao=artigo_detalhe&art_id=225>.

Acessado em: 07/03/07.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional Didático**. 6; ed. rev. e atual. - Belo Horizonte: Delrey, 1999.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo et. al. **Teoria Geral do Processo**. 20. ed. – São Paulo: Malheiros. 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **A hora do Judiciário**. In: KREBS, Fernando Aurvalle (Org.) et al. **A Reforma do Poder Judiciário**. 1. ed, 4. tir. – Curitiba: Juruá, 2003.

DAMOUS, Wadih. **Redução de férias dos magistrados**. Disponível em:

<<http://www.oab-rj.org.br/index.jsp?conteudo=3509>>. Acessado em: 17/08/07.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 5. ed. – São Paulo: LTr, 2006.

DIAS, Luciano Souto. **A Resolução nº 24 do Conselho Nacional de Justiça e o retorno das férias forenses coletivas**. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 1216, 30 out. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9102>>. Acessado em 15/11/07.

_____. **Reforma do Judiciário**. SILVA NETO, Monoel Jorge e. **Direitos Fundamentais na EC N. 45/2004**. - São Paulo: Saraiva, 2006.

ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. **Conceito de Princípios Constitucionais**. 2 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FOLGOSI, Rosoléa M. **A Reforma do Judiciário e as Férias dos Juízes**.

Disponível em:

<<http://72.14.209.104/search?q=cache:plMfL799RAEJ:www.aba.adv.br/index.php%3Faction%3Dverartigos%26idartigo%3D50+%22F%C3%89RIAS+DOS+JUIZES%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=7&gl=br>>. Acessado em: 07/05/07.

HESS, Heliana Maria Coutinho. **Acesso à Justiça por Reformas Judiciais**. – Campinas: Millennium, 2004.

JUNKES, Maria Bernadete/ SANTOS, Maria Lindomar dos. **Trabalhos Acadêmicos: A facilidade em desenvolvê-los** - Rolim de Moura/RO: D'press Editora & Gráfica Ltda, 2007.

LAMACHIA, Cláudio. **Senado aprova o projeto de lei que suspende prazos e audiências entre 20 de dezembro e 6 de janeiro**. Disponível em: <http://www.espacovital.com.br/noticia_ler.php?idnoticia=9333>. Acessado em: 02/02/08

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito: Introdução à Problemática Científica do Direito** – 4. ed. rev. da tradução de J Cretella Jr. e Agnes Cretella – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. **Teoria geral do direito e do Estado**. 4. ed. da tradução de Luís Carlos Borges – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 22. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3 ed. atual. – São Paulo: Malheiros, 2007.

MELO, André Luís Alves de. **A Indústria de Processos Judiciais**. In: Revista Jurídica Consulex. **Crescimento e Meio Ambiente**. Ano XI, nº 256, 15.09.07.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 19 ed. atual. – São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. – São Paulo: Saraiva, 1997.

NEGRÃO, Teotônio. **Denegação de Justiça**. In: Revista Jurídica Consulex. **Reforma do Judiciário**. Ano I, nº 03, 31.03.97. (Multimídia).

NÓBREGA, Ailton Rocha. **Férias dos juízes e funcionamento do Judiciário**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 193, 15 jan. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=473>>. Acessado em: 07/06/07

_____. **Justiça que Tarda!**. In: Revista Jurídica Consulex. **A quem interessa a morosidade da Justiça**. Ano VII, nº 167, 30/12/03. (Multimídia).

PEREIRA, Áurea Pimentel. **A reforma da justiça na Emenda Constitucional 45/2004**. - Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**. (SINOPSES JURÍDICAS - Volume 17) - 4. ed. rev. – São Paulo: Saraiva, 2003.

Revolução Industrial. Disponível em www.suapesquisa.com/industrial/. Acessado em 27/02/2008.

Rondônia, Tribunal de Justiça de. **Corregedoria - Estatística**. Disponível em: <<http://www.tj.ro.gov.br/admweb/view.jsp?id=d13a17eb-b29b-49d8-9f94-4c342ddd96e4>>. Acessado em: 02/02/08.

_____, Tribunal de Justiça de. Secretária Judiciária. **Estatística Processual do Tribunal de Justiça**. Enviado em: 10/03/2008.

_____, Tribunal de Justiça de. **Magistrados do Poder Judiciário do Estado de Rondônia por ordem de antiguidade e entrância**. Disponível em: <<http://www.tj.ro.gov.br/admweb/view.jsp?id=-465138740>>. Acessado em: 01/03/08.

_____, Tribunal de Justiça de. **Retrospectiva: Biênio 2006/2007**. Disponível em: <http://www.tj.ro.gov.br/ccom/imagens2007/dezembro/retro_tjro2006_2007/Relatoria%29de%20Gest%C3%A3o%202006_2007%20-%20Moreira%20Chagas.ppt>. Acessado em: 01/02/08

_____, Tribunal de Justiça de. **Sistema de Acompanhamento das Justiças Estaduais**. Disponível em:
<<http://www.tj.ro.gov.br/noticia/viewMateria.jsp?cdDocumento=9466&tpMateria=2>>.
Acessado em: 01/03/08

Senado aprova o projeto de lei que suspende prazos e audiências entre 20 de dezembro e 6 de janeiro. Disponível em:
<http://www.espacovital.com.br/noticia_ler.php?idnoticia=9333>. Acessado em:
02/02/08

SILVA, Antônio Nery da. **Judiciário Goiano vem superando as dificuldades**. In: Revista Consulex. **A quem interessa a morosidade do Judiciário**. Ano VII, nº 167/03. (Multimídia).

SILVA, Ivan de Oliveira. **A Morosidade Processual e a Responsabilidade Civil do Estado**. – São Paulo: Pillares, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25. ed. rev. e atual. – São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA NETO, Monoel Jorge e. **Direitos Fundamentais na EC N. 45/2004**. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie *et al* (Coords). **Reforma do Judiciário de acordo com a EC n. 45/2004**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOIBELMAN, Leib. **Enciclopédia Jurídica Eletrônica**. Versão 3.0. – Rio de Janeiro: Elfez.

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO

Declaro para todos os fins de direito que o trabalho monográfico desenvolvido pelo acadêmico Paulo Sérgio Bezerra Nicolau, com o título Excesso de férias dos magistrados: Fator de prejuízo à prestação jurisdicional, na Justiça do Estado de Rondônia, foi por mim revisado no tocante ao aspecto gramatical, sendo procedida às devidas correções.

Cacoal, 07 de março de 2008.

Rosangela Aparecida de Carvalho Luiz
Licenciada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, **PAULO SÉRGIO BEZERRA NICOLAU**, acadêmico devidamente matriculado no 10º período do Curso de Ciências Jurídica, da Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR, *Campus* de Cacoal, **DECLARO** para todos os fins, que o trabalho monográfico intitulado “**EXCESSO DE FÉRIAS DOS MAGISTRADOS: FATOR DE PREJUÍZO À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, NA JUSTIÇA DO ESTADO DE RODÔNIA**”, foi por mim desenvolvido.

Cacoal, 07 de março de 2008.

PAULO SÉRGIO BEZERRA NICOLAU